

ELLO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

• **Dia do Combatente**

Comemorações junto
ao Monumento de Belém
e ao Mosteiro da Batalha

página 11

• **Fados em Lisboa**

Convívio na Sede Nacional
com grande participação
associativa

página 7

• **Delegações**

Veja as actividades
a realizar por todo o país

páginas 4, 5, 6, 7 e 16

• **Veículos**

Liquidação do imposto
municipal de 16 de Abril
a 31 de Maio



PORTE PAGO

Director: António Carreiro Ano XXVII Mai. 2001 02/05/01 Nº 308 Preço 140\$00

página 13

Assembleia Geral
Contas aprovadas



página 8

Porto
Encontro Nacional
de Mulheres da ADFA

página 5

Delegação de Lisboa
Eleições dia 30 de Junho
Reuniões de associados

página 7

Aniversários
Famalicão
19 e 20 de Maio em Barcelos

página 4

Bragança
3 de Junho em Miranda
do Douro

página 6

Setúbal
Sardinhada em 30 de Junho

página 6



Cravos
de Abril

Rosas
de Maio

Explosão
de liberdade

Vamos a Viseu

Presidente da República recebe ADFA



página 8



Audiência com ministro do Trabalho e da Solidariedade

Ultima hora

- Despachos avançam com Rede do Stress de Guerra
- DFA considerados nas novas quotas do IASFA
- Estatuto do Deficiente Militar em preparação

página 12

página 16

Comemorações do 27.º Aniversário

página 9

Proposta de monumento

O terceiro vértice

Contando com a presença de cerca de uma centena de convivas, entre seus elementos, adidos e familiares, e representantes do EMGFA, da Liga dos Combatentes e da ADFA, a C.Caç. 2655, que serviu em Sanga-Planície, norte de Cabinda, de MAR70 a MAR72, e de que fez parte o nosso antigo colaborador José Manuel Sande, reuniu-se, no passado dia 7 de Abril, em almoço anual comemorativo, aproveitando para lançar, publicamente, a sugestão de ser construído, na zona de Belém, fazendo triângulo com a Torre e os Combatentes, sendo como que "o terceiro vértice do Império", um monumento/homenagem à Família.

Numa primeira parte da exposição então feita, parte essa não prevista inicialmente, foi manifestada a mágoa pela ausência de representantes dos três órgãos do Poder, também convidados, afirmando-se a dado passo: "Às vezes perguntamo-nos se não haverá entre alguns responsáveis a ideia de que os combatentes, e suas famílias, são coisa que devia ter desaparecido, pura e simplesmente, com o fim da guerra colonial. Outra vez interrogamo-nos se não seremos apenas tomados como mercenários de umas Forças Armadas que não as do País a que, quer se queira quer não, servimos e pertencemos..."

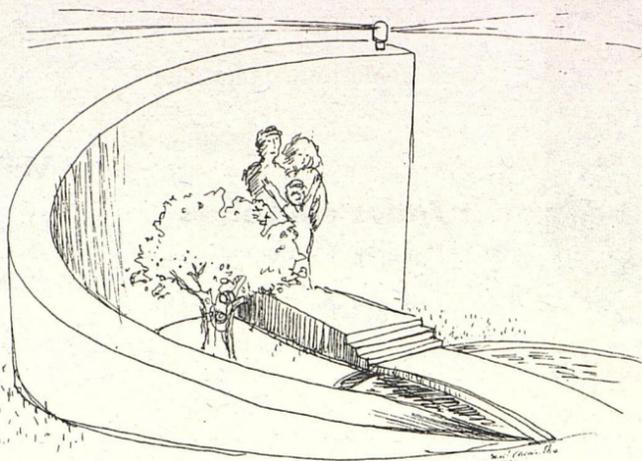
Sobre a razão da proposta, dir-se-ia: "Na História pátria há, por circunstancialismos de Poder, tendência, talvez até melhor, necessidade de exaltar os heróis e os mártires. Mas qual a sua origem, de onde vieram?

Muito especificamente, desde os nave-

gadores do séc. XV até aos combatentes do séc. XX, quem está por detrás deles? Quem, vendo-os partir, não ficou em angústia e sofrimento, sendo, simultaneamente, apoio no ir e esperança no voltar? Não podemos, obviamente, falar pelos que nos antecederam ao longo desses séculos, ainda que seja fácil pensar que os sentimentos não fossem muito diferentes. Mas podemos, ainda que não completamente, imaginar o que foi ver embarcar filhos, maridos, Pais, irmãos, familiares e amigos, para tempos e espaços de incertezas e de perigos, não sabendo se, como e quando voltariam. E sempre, enquanto durou a ausência, numa rectaguarda se possível ainda mais desesperante do que a frente, porque dúvidas e angústias multiplicadas pela distância e pela espera, se manteve o apoio, o estímulo, a "presença" sentida e tão ansiosamente aguardada nos "bate-estradas", nas lembranças enviadas.

Não terá sido esta rectaguarda a grande mentora da nossa História, o grande suporte do espírito do navegador e do combatente?

E quem fala dela, quem a lembra?



Não será altura, antes que desapareçam os últimos dessa geração, e esperemos que os últimos a viver tal situação, de ser prestada à FAMÍLIA a homenagem que ela merece, para além de uma qualquer referência de vez em quando?

Não será certamente a exaltação do acto heróico, do abnegado altruísmo ou do supremo sacrifício, embora não possamos esquecer, ou melhor, devamos mesmo recordar que a estes correspondem vidas perdidas, famílias destruídas. Mas é, com certeza, o reconhecimento e o agradecimento por uma enorme coragem e um extraordinário espírito, que foram esteio e suporte que nos permitiram ser o que fomos, e ainda somos."

A esta sugestão, e ao seu significado, deu a Direcção da ADFA o seu apoio, pondo, inclusivé, o seu e-mail ao dispôr dos que queiram pronunciar-se sobre o assunto (ref.ª. "terceiro milénio"), bem como a sua página na internet para seu desenvolvimento, até eventual criação de uma "comissão organizadora" oficial. •

T.E.

Breves

Novas ofertas

A ADFA recebeu um computador da Associação Académica da Universidade Moderna e 43 publicações das edições Cidades e Municípios, durante o mês de Abril. O Instituto Culinário Vaqueiro também enviou à Biblioteca da ADFA 25 conjuntos com exemplares dos números 1 a 61 da sua publicação "Saberes e Sabores". A Direcção Nacional agradece as ofertas e apela à colaboração de outras instituições. •

Rede para necessidades especiais

Foi recentemente aprovada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia a criação da Rede para Cidadãos com Necessidades Especiais (RCNE) da qual a ADFA vai fazer parte, tendo sido também aprovada a instalação de um posto de acesso à internet gratuito, com ligação à rede RCTS, bem como espaço para a criação de uma página virtual institucional. •

Passeio Pedestre

A Organização da CERC Lisboa, em parceria com a Federação Portuguesa de Orientação (FPO), realizou no Parque da Pena, na Serra de Sintra, no passado dia seis de Abril, e pela primeira vez, uma actividade de orientação para pessoas portadoras de deficiência mental.

A actividade decorreu entre as 10h00 e as 14h00, consistindo em dois percursos de acordo com o grau de dificuldade dos grupos. O enquadramento dos grupos, foi efectuado pelos técnicos das instituições participantes, com a supervisão da Federação Portuguesa de Orientação (FPO). Esta preparação decorre de um curso realizado anteriormente, ministrado pela FPO aos técnicos das instituições participantes, "o que contribuiu para o sucesso da actividade", segundo foi referido pela organização do evento.

As idades dos participantes portadores de deficiência compreendem-se entre os 11 e os 46 anos.

Neste evento estiveram presentes 19 instituições, das quais se destacaram a CERC de Espinho e a APECI de Torres Vedras, com mais de 300 participantes.

A actividade culminou numa visita ao Palácio da Pena, onde se efectuou o encerramento.

O SNRIPD apoiou a realização desta actividade. •

Academia Militar

Teve início em dois de Abril o concurso de admissão de candidatos civis e militares à Academia Militar.

A recepção de documentos faz-se até oito de Junho, para que os processos dêem entrada na Academia Militar até 20 de Julho, em conformidade com as normas que estão também ao dispor na Sede Nacional.

Na edição do ELO de Junho vão ser

indicadas as datas de candidaturas para o concurso para ingresso no Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

As normas vão estar disponíveis no Serviço Social, na Sede Nacional, a partir da primeira semana de Junho. •

Guerra Colonial em estudo

Ana Gonçalves é filha de um associado e estudante do 1º ano do curso de Nutrição Humana, Social e Escolar do Instituto Jean Piaget de Viseu, e, com os seus colegas Carla Henriques, Flor Neto, Luís Costa, Rui Coelho e Sandra Almeida, deslocou-se à Sede Nacional para realizar um trabalho para a cadeira de Antropologia, sobre a temática dos deficientes militares e a ADFA.

A pesquisa realizada prendeu-se com a recolha de testemunhos e informações sobre a integração dos deficientes militares.

Os associados Silvério Rodrigues, Farinho Lopes e Jorge Maurício, e a psicóloga clínica da Sede, Teresa Infante, deram o seu testemunho e prestaram as informações para a realização do trabalho.

O trabalho também incluiu visitas ao Lar Militar e HMP, bem como a consulta do site da ADFA na internet.

Os estudantes estiveram na Sede durante a semana de 16 a 20 de Abril, e referiram que contaram com a plena colaboração dos associados e trabalhadores da ADFA, bem como das instituições visitadas. •

RV

Agenda

Reunião da Delegação de Famalicão

Na primeira 3ª feira de Maio, dia 01, pelas 21h00, de-corre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

Nos 1º e 3º Sábados de Maio, dias 05 e 12, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Maio, das 9h00 às 12h00.

27º Aniversário da ADFA

De 7 a 13 de Maio vão ter lugar as comemorações nacionais do 27º Aniversário da ADFA, com organização da Delegação de Viseu.

Lançamento de livro

No dia 09 de Maio, Quarta-feira, pelas 18h00, vai ter lugar a sessão de lançamento do livro "Sonhar é Preciso", de Maria Leonarda Tavares Alves, na Sede Nacional.

Cultura e Globalização

No dia 18 de Maio, Sexta-feira, pelas 15h00, realiza-se a conferência "Cultura e Globalização", pelo Dr. José Jorge Letria, no salão nobre da Sede Nacional, antecedida por um almoço da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra em Lisboa, às 13h00.

Campismo 2001

De 07 a 10 de Junho, a Delegação de Coimbra organiza, através da sua Secção de Campismo, o III Acampamento Nacional do Deficiente, no Parque Municipal de Campismo da Praia de Pedrogão.

Sardinhada em Setúbal

No dia 30 de Junho, Sábado, a Delegação de Setúbal realiza a tradicional sardinhada associativa.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

João Mendes de Jesus
Artur Maria Duarte Pinto de Aragão
José João da Gama Henriques
Vitor Manuel Fernandes Marques
João José Segurado de Rolão Candeias
Omar Iahaia
Gabriel Maximiano Belmonte Gonçalves Pita
Augusto João
Maria Henriqueta Santos Lemos Mesquita Fernandes
Maria de Jesus Gaspar

ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz, Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vileas, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Monteiro, Orlando Correia DIRECTOR: António Carreiro REDACÇÃO: Ratoel Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES: Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Capela Gordo, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Serfório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maria, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lía Katali, Luís Ballazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Carreiro, Nuno Santa Clara, Rogério Rodrigues e Sá Flores. ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrigo CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRE-IMPRESSÃO: Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 385 3593 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Registo nº 100500. Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 500 exemplares

Episódios



Chutos para o ar

José Diniz

Já vão transparecendo na Comunicação Social as dificuldades que o Governo está a enfrentar para encontrar a forma mais equilibrada para a instalação dos espaços - já baptizadas, antecipadamente, por "salas de chuto" - onde os toxicod dependentes poderão tomar as doses de droga em condições de higiene que não provoquem a proliferação de outras doenças e onde também poderão encontrar alternativas para a droga ou encaminhamento para tratamento e recuperação.

É uma questão de grande melindre que, aliada à questão da liberalização das drogas leves, pode trazer efeitos bem perversos. É igualmente melindroso falar destes problemas, pois a problemática da toxicod dependência é das questões menos lineares que se conhecem. Mais do que uma opinião, o que vou dizer nestas linhas é um testemunho pessoal.

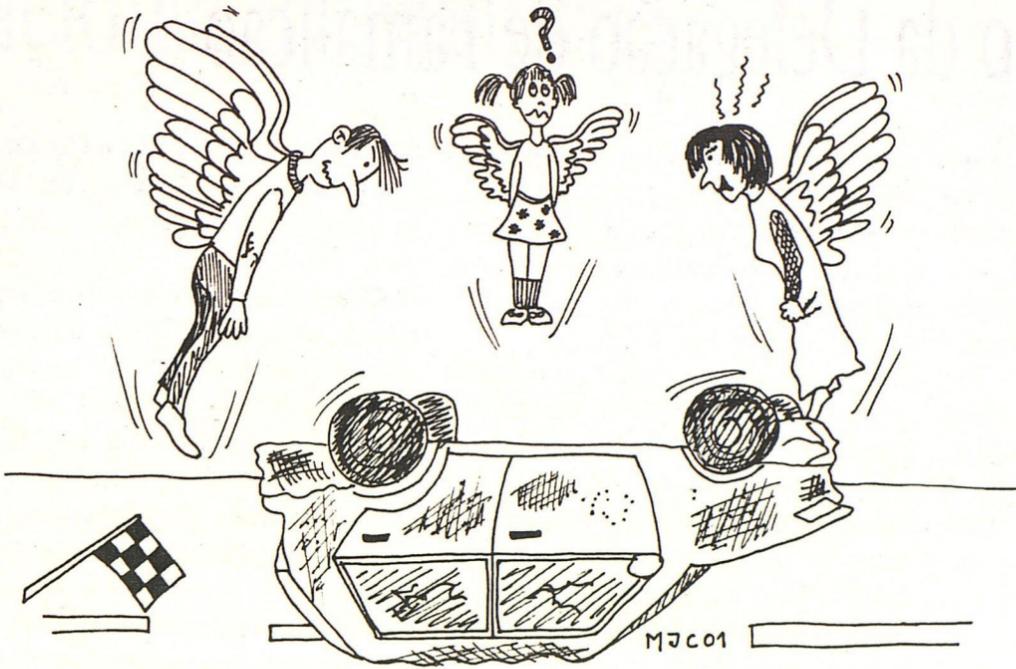
Um dos princípios aceites pelos variados processos terapêuticos na recuperação de toxicod dependentes é de que, não obstante a consciência que estes têm de que a dependência da droga leva à degradação moral e física, o primeiro passo para a libertação desse flagelo depende, exclusivamente, da decisão do próprio toxicod dependente que, a determinada altura do seu percurso de consumo, ou se deixa ir até à destruição total ou consegue ainda reunir as forças que lhe restam e recorre a quem o pode ajudar a recuperar-se. Outro princípio que as famílias devem seguir quando um dos seus membros cai nas garras desta hidra, é o de que, mesmo nos piores momentos, deve ter sempre uma mão estendida para dar mais uma oportunidade a esse elemento transviado até que ele se decida a aceitar a ajuda.

Nesta perspectiva de manter sempre aberta uma porta para a libertação da droga, as ditas "salas de chuto" poderão ser boas oportunidades. Não poderão é limitar-se ao fornecimento de seringas ou de metadona e de um cubículo para a administração da dose, da mesma forma que é impensável que uma família vá ao ponto de aceitar ou permitir que o filho, o neto ou o sobrinho se drogue abertamente na sua própria casa com o mesmo à vontade como fuma um cigarro, por exemplo. Estas coisas copiadas do estrangeiro mas aplicadas à portuguesa correm o risco de ficar pela metade com a desculpa da crónica falta de meios. É esta desconfiança que paira no ar.

O problema é demasiado grave para nos limitarmos a dar chutos para o ar na esperança de que a bola caia no sítio certo.



Grande Plano



A morte vem pela estrada...



Jaime Ferreri

Não suporto esta ideia que se me ferra na alma... Cada vez que os portugueses crescem, porque compram casas, porque compram carros, deixam em lágrimas muitos dos sabores das pequenas vitórias. Trabalham de sol a sol na prestação que os espera para o passeio de fim-de-semana com a família. Vão para a estrada, galgam quilómetros como se tivessem asas os automóveis que possuem a fiado, morrem num sufoco ao sonharem-se corredores de fórmula 1. Os números são claramente assustadores. Directamente proporcionais ao reduzido civismo que se observa na condução. Fazer a barba, correndo estrada fora a cento e vinte quilómetros à hora, não é crime de classificação definida... é antes de mais um estado mental, (ou claramente não mental) uma razão para tal condutor jamais poder pegar num volante.

Não interessa o senhor ministro falar de taxa de alcoolémia reduzida, de controlo de velocidade, de tolerância zero ... Para o que nos falta não há lei que baste nem ministro que convença. A educação, o civismo, o respeito pelo outro, o gostarmos de nós mesmos, não vem em manuais nem em códigos sofisticados. Mas a "bagunça", o desprestígio de quem manda no país, a falta de respeito a qualquer tipo de autoridade (policial, jurídica, paternal, pedagógica, moral) nivela por baixo este povo como se cada um fosse dono absoluto de si e dos outros. Ao volante não somos gente... somos um grupo de impotentes convencidos que possuímos a força dos cavalos que julgamos domar. Se ao menos fossem cavalos autênticos não se deixariam manobrar e sobrepunham-se a certos condutores que por homens no dia a dia se fazem passar.

A grande moda é a desobediência generalizada, é a rebeldia sem tino ou responsabilidade, é pensarmos que estamos para além das nossas limitadas possibilidades. Não admira. Quem leva a sério um ministro, um primeiro-ministro, um presidente da república? Os jornais reclamam a liberdade de os chacotear, os artistas de grosseiramente os imitar, os criadores de os denegrir, a oposição de exigir que mesmo as mentiras em verdades se tornem... e por tal pressão a que se sujeitam respondem e forma igual, baralhando e baralhando-se. No fundo é como se a política fosse um poço sujo onde todos aspiram dar um mergulho desdenhando das consequências e das maleitas que possam ser contraídas. É como se existisse a sina de na maioria de nós se esconder um "Zé bra" e de a sua presença nos encher o peito e nos tornar importantes pelo ridículo assumido. Se valemos pelo bem que nos conheçam pelo mal que nos distingue...

Se há medidas... são avulsas, se não há medidas o governo desgoverna por falta delas.

Vamos começar de base... Primeiro na família, depois na escola, a seguir na escola de condução e abém na escola da vida. Temos de parar com a mortandade, com esta deseducação que dói e nos claramente um. povo diminuído. A mim custa-me senti-lo... e isto porque toda a minha vida tem o ensinar e com isso descubro que as capacidades dos jovens do meu país são fabulosas. Como lem depois deteriorar-se, regredir tão assustadoramente? Porque só valoramos o dinheiro, a tenso posição social, o poder a qualquer preço. Quando o saber, as capacidades, o poder da avra forem o padrão da nossa referência cívica, então teremos cidadãos que não precisam de policia para os vigiar porque a policia "viverá" com a sua própria consciência.

Editorial

Cravos de Abril
Rosas de Maio



António Carreiro

Parece que ainda foi ontem e já lá vão vinte e sete anos. Tal foi a intensidade com que O vivemos que a sua revivência se nos apresenta como se fora a realidade de hoje. Sentimos os sons, a efervescência, o entusiasmo, o cheiro; saboreamos a música, os comunicados, os minutos todos, ansiamos o desfecho... Não nos conseguimos conter; explodimos em emoções, em descrenças, em lágrimas, em gritos de liberdade, em êxtase. Agarramos ainda no miúdo, na arma e nos cravos... Temos a revolução da nossa vida dentro de nós! Não há nada a fazer! Ela atravessa o tempo conosco, empolgando-nos cada vez mais e mais! Não pára de crescer a consciência da felicidade que é termos beneficiado de uma Nação Livre, desde Abril de 1974. Que a saibamos transmitir aos jovens é o voto que se me apresenta essencial em cada aniversário.

Com Abril nasceu a ADFA. Em 14 de Maio! Foi um ano de valores em flor que, para a semana, vamos comemorar em Viseu.

E vamos comemorá-lo num misto de alegria e tristeza. Como já vem sendo habitual, os aniversários da ADFA são celebrados em ambiente de indignação e sob o signo da luta. É que depois de vinte e sete anos de democracia e de vivência num Estado de Direito, os deficientes militares ainda não lograram ser reconhecidos inteiramente, sendo muitas as injustiças de que são vítimas. E mais grave têm sido agravadas pelos poderes políticos. Disto são exemplos claros o novo regime de Acidentes e Doenças Profissionais da Função Pública (DL 503/99) cuja aplicação aos militares e ex-militares a ADFA pediu que fosse suspensa e o DL 134/97 que introduziu a mais profunda revolta no seio dos DFA e, pior ainda, nos deficientes em serviço que reflexamente se sentem ainda muito mais abandonados e marginalizados.

Temos em mão, neste aniversário, uma ténue esperança. Vai proceder-se à elaboração de um projecto de diploma que reivindicamos há um quarto de século! O Estatuto do Deficiente Militar, uma lei que englobará todo o regime de todos os deficientes militares, sem retrocesso de direitos e posicionando os deficientes militares numa posição digna e única, como realmente o são face às leis da Condição Militar. Esta é a expectativa mas depois de tantos anos... já mesmo só ver para crer!

Basta de sofrimentos, sobresaltos e de uma condição menor. Já demos de nós próprios para, neste Abril e Maio, merecermos algumas flores de recompensa.

Que nos chegue algum perfume de Abril!

Em Barcelos

27º Aniversário da Delegação de Famalicão

Nos próximos dias 19 e 20 de Maio, Sábado e Domingo, a Delegação de Famalicão vai comemorar o 27º Aniversário da criação da Delegação, em Barcelos.

O programa para o dia 19 de Maio inclui entrevistas e debates na rádio e jornal locais e outros.

Para Domingo, 20 de Maio, pelas 10h00, vai ter lugar uma concentração junto à Igreja Matriz, seguida de Missa, pelas 11h00. O almoço-convívio vai realizar-se pelas 13h00, no restaurante "Casa dos Arcos", na Rua Duques de Bragança, 185, em Barcelos (centro da cidade - perto Igreja Matriz).

Para o almoço-convívio os preços são os seguintes: até aos seis anos - gratuito; dos seis

aos dez anos - 2.000 escudos; mais de dez anos - 4.000 escudos.

As marcações efectuem-se na Secretaria da Delegação de Famalicão, nos núcleos de Guimarães e Braga, através da Comissão Local de Apoio, em Barcelos.

Os elementos e os respectivos contactos da Comissão Local de Apoio em Barcelos são: Joaquim Sá Miranda - tel. 252 962 457 (a partir das 19h00), Manuel Ferreira - tel. 252 950 095 (a partir das 19h00), Joaquim Carvalho - tel. 253 823 074 (a partir das 19h00), Manuel Alves - tel. 253 822 986 (a partir das 19h00) e António Rodrigues - tel. 253 812 293 (a partir das 16h00).

Os telefones de apoio na Delegação são:

252 322 848 e 252 376 323; o fax: 252 376 324; telemóvel: 91 959 4527. A data limite para as inscrições e pagamento é o dia 12 de Maio.

"A sala para o convívio é de capacidade limitada, pelo que agradecemos a tua rápida inscrição, assim como dos teus acompanhantes e as inscrições de última hora, (após o dia 12 de Maio), estão sujeitas a serem rejeitadas", referiu a Direcção da Delegação.

Vai ser enviada oportunamente via CTT informação detalhada a todos os associados. Para os Órgãos Nacionais, das Delegações, dos Núcleos, colaboradores e convidados especiais, seguirão os respectivos convites. •

RV

Delegação de Coimbra III Acampamento Nacional do Deficiente

O Núcleo da ADFA em Leiria, com a estreita colaboração da Delegação de Coimbra, vai realizar nos dias 7, 8, 9 e 10 de Junho de 2001 o III Acampamento Nacional do Deficiente, no Parque Municipal de Campismo da Praia de Pedrógão (Leiria). •

Delegação de Évora Reunião de Associados

No próximo dia 12 de Maio, Sábado, realiza-se na Delegação de Évora uma reunião de associados com o seguinte programa: 10h30 - Informação sobre a nova moeda, O EURO; 11h30 - Informações gerais sobre a vida associativa; 12h30 - Almoço; 15h00 - Convívio com torneio de jogos de sala. •

Delegação de Famalicão Férias 2001

A Delegação de Famalicão vai estar encerrada de seis de Agosto a dois de Setembro para férias do pessoal. •

Museu da Guerra Colonial

A Exposição "Guerra Colonial, Uma História Por Contar" vai estar exposta no Átrio da Câmara Municipal do Porto, no âmbito das Comemorações conjuntas do 27º Aniversário do 25 de Abril e do Porto - Capital Europeia da Cultura 2001, de 23 a 27 de Abril.

O horário para as visitas à exposição é o seguinte: 2ª Feira, 23 de Abril, às 17h00 - Abertura Oficial/Inauguração; 3ª Feira, 24 de Abril, das 09h00 às 18h30; 4ª Feira, 25 de Abril, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h30; 5ª Feira, 26 de Abril, das 09h00 às 18h30; 6ª Feira, 27 de Abril, das 09h00 às 18h30; Sábado, 28 de Abril, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h30.

Delegação da Madeira Férias no Porto Santo

De 23 de Julho a quatro de Agosto corrente ano a Delegação da Madeira vai realizar uma jornada associativa para associados e familiares, onde ficarão instalados no Destacamento Militar do Porto Santo/QG/ZMM, em casernas com 10 beliches.

O valor da diária completa é de 1.200 escudos.

Para mais informações e respectivas inscrições, os interessados devem contactar a Delegação da Madeira pelo telefone 291 765 111.

Núcleo de Leiria Consultas de Psiquiatria Stress Pós-traumático

A marcação de consultas de Psiquiatria Stress Pós-traumático com o Dr. Fernando Pereira efectua-se através do telefone 244 725 (Cruz Vermelha de Leiria). •



João Gonçalves

Delegação de Viseu

Opinião Associativa

Como diz o meu amigo Rufino, a ADFA mexe e vai continuar a mexer, as preocupações são muitas e a responsabilidade de quem governa ainda é maior, mas com a força e o querer de todos os associados, vamos atingir os objectivos a que nos propomos.

Os deficientes militares e suas famílias devem, como nunca, permanecer unidos, a divisão não traz benefícios a ninguém, como alguns colegas defendem e tudo porque na área legislativa o processo dos deficientes em serviço pertence à Caixa Geral de Aposentações e assim estão colocados no Estatuto da Função Pública, o que de facto é uma grande injustiça! Mas, há muito que se está a trabalhar para alterar todo o articulado para colocar os deficientes em serviço no estatuto militar, que foi a entidade a quem serviram. Por isso, todos os deficientes juntos devem

"lutar" para que pessoas que estão muito interessadas em dividir para reinar, sejam já o inimigo a abater, caso contrário, tudo se modifica e quem vai ficar prejudicado são os deficientes militares em serviço e em especial os que menos têm!

Portanto, não podemos deixar avançar o "inimigo", não podemos permitir mais divisões e também não vamos permitir morrer nas mãos do "inimigo"!

Nos últimos anos muito temos "lutado" e algo temos conseguido em benefício dos que nada tinham e hoje têm algo para o seu sustento e dos seus filhos.

Veja-se o caso das viúvas dos deficientes militares que se encontravam na miséria. Os grandes deficientes em serviço e os deficientes sem pensão e outros. É certo que sabe a pouco, muito há ainda para fazer, mas a situação já melhorou e hoje quem nada tinha já tem algo para seu sustento. Está-se a fazer justiça. Acreditamos que vamos melhorar a

situação! Assim, transmitimos o apoio necessário à Direcção Nacional. A quem nos quer dividir, nós dizemos, não!

Há quem seja de opinião que se fala, se escreve muito e nada se faz. Pois é, mas se não falarmos e se não escrevermos é que não se faz mesmo nada! Às pessoas deficientes em serviço, a toda a família ADFA peço, alerta para participarem na vida associativa, unidos em volta da sua Associação e vamos fazer com que o governo crie uma lei que tire os deficientes militares do estatuto da função pública e os coloque no estatuto militar que foi a quem serviram ao serviço da Pátria e em tempos muito difíceis.

Só a ADFA é que tem força e é o parceiro social com credibilidade para junto do governo fazer valer a voz da razão de todos os deficientes militares e suas famílias.

Vamos todos lutar para fazer alterar o estatuto que é o primeiro passo a dar. Vamos nessa! Até sempre! •

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

1º Encontro Nacional de Mulheres

Vai ter lugar no próximo dia 26 de Maio o 1º Encontro Nacional de Mulheres da ADFA. Esta é a primeira iniciativa realizada pela ADFA que reúne mulheres de todo o país. Iniciativa semelhante teve lugar em 99 e foi também organizada pela Delegação do Porto. Nessa altura estiveram presentes cerca de 70 mulheres entre viúvas, esposas, mães e filhas de deficientes militares. Este ano o objectivo é dar continuidade ao projecto iniciado em 99, alargando-o a todo o país.

As inscrições deverão ser feitas junto do Serviço de Atendimento ou do Gabinete de Serviço Social da Delegação do Porto.

Programa

- 9h00 - Concentração das participantes na Delegação do Porto
- 9h45 - Partida da Delegação para o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) em Arcozelo - Vila Nova de Gaia
- 10h30 - Sessão de Abertura
- 11h00 - Início dos trabalhos - Debate do tema "Os Direitos das Viúvas - Pensões de Sobrevivência e Pensões de Preço de Sangue"
- 12h30 - Almoço no refeitório do CRPG
- 14h15 - Debate: "Voz às Mulheres - Os problemas do quotidiano vividos pelas mulheres que acompanharam ou acompanham o deficiente militar"
- 17h00 - Encerramento

AV

Deficientes em serviço reclamam justiça

Injustiça é o sentimento que domina a grande maioria dos deficientes militares classificados em serviço. Isso mesmo foi reafirmado na reunião que teve lugar no passado dia 24 de Março, na Delegação do Porto, com o objectivo exclusivo de debater os problemas que afectam estes deficientes. Para este grupo de associados é incompreensível

que deficientes militares se mantenham vinculados a um Decreto-Lei que regula as situações de invalidez e reforma na Função Pública.

Esta questão torna-se ainda mais grave à medida que vão sendo conhecidos exemplos de injustiças contados na primeira pessoa. É o caso do associado Daniel Folha, em que no mesmo acidente, do qual resulta dois feridos,

um é classificado em "Campanha" e outro em "Serviço".

Como grande conclusão desta reunião ficou a decisão de um grupo de associados classificados deficientes em serviço apresentar uma proposta de solução do problema, que deverá ser discutida na Assembleia Geral Nacional a decorrer no dia 21 de Abril.

AV

Motivo de preocupação

O conceito de campanha é uma preocupação que se tem vindo a acentuar no seio da ADFA. Reflexo disso foi a tese apresentada no IV Congresso da ADFA que levou à discussão este mesmo tema.

Um estudo realizado na Delegação do Porto, que envolveu a análise de 205 casos cujas incapacidades resultaram de doenças ou acidentes ocorridos nas ex-colónias refere que 29% foram consequência de despistes de viaturas militares. Desde número, cerca de 90% ocorreram em zonas de intervenção. Na base destes acidentes destacam-se as ar-

madilhas ou buracos provocados pelo rebentamento de minas nas picadas.

Outros números poderão igualmente ser apresentados; no entanto, os resultados são em tudo semelhantes aos anunciados, ou seja, na sua grande maioria os acidentes que causaram a deficiência a militar ocorreram em zonas de intervenção.

As grandes conclusões e recomendações retiradas deste estudo vão em tudo ao encontro das reivindicações dos deficientes em serviço. Torna-se óbvio que nem todos os casos poderão ser enquadrados no conceito de

"Campanha", no entanto, é fundamental que se reparem as injustiças que se têm vindo a verificar. Assim, torna-se premente a clarificação do conceito de "serviço de campanha" por forma a abranger todos os acidentes ou doenças que pela sua natureza se relacionam com as operações militares. Por outro lado, é também fundamental que se lute pela melhoria das condições dos deficientes em serviço.

AV

Breves da Delegação

Convívios Associativos

Felgueiras, dia 2 de Junho - A concentração dos associados é feita junto ao edifício da Câmara Municipal de Felgueiras e o almoço terá lugar no restaurante "Quinta da Guia" em Longra - Felgueiras. Os interessados deverão inscrever-se até ao dia 26 de Maio junto da comissão organizadora constituída por Albino Loureiro - 255312220; António Campaio - 255923903 e Hernani Ferreira - 255924776.

Paredes e Paços de Ferreira, dia 16 de Junho - Relativamente a este convívio,

Passeio Anual da Delegação do Porto

Como já foi noticiado na edição de Abril do ELO, a Delegação do Porto está a organizar o seu passeio anual, que terá lugar de 18 a 24 de Agosto. Este ano o destino é o sul de Espanha. O programa já está definido e consta do seguinte:

oportunamente a comissão organizadora indicará o local onde terá lugar.

Noitada de S. João, dia 23 de Junho - Seguindo a tradição, também este ano a Delegação do Porto está a organizar a noitada de S. João, na qual não faltará a habitual sardinhada acompanhada de música ao vivo e carregada de boa disposição. As inscrições deverão ser feitas até ao dia 20 de Junho no Serviço de Atendimento da Delegação.

Boticas, 30 de Junho - Este convívio realiza-se no âmbito do "Forum Deficiência e Reabilitação do Alto Tâmega" que terá lugar em Boticas nos dias 29 e 30 de Junho.

- 1º dia - Porto - Elvas - Zafra - Sevilha
- 2º dia - Sevilha - Antequera - Granada
- 3º dia - Granada
- 4º dia - Granada - Córdoba
- 5º dia - Córdoba - Zafra - Olivença - Mérida

Fórum Deficiência e Reabilitação

"Acessibilidades aos Edifícios e Equipamentos" é o tema de base para o Fórum "Deficiência e Reabilitação no Alto Tâmega" que terá lugar nos dias 29 e 30 de Junho no auditório municipal de Boticas. Este Fórum é organizado pela Delegação do Porto, pelo Núcleo de Chaves e pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) e conta com o apoio das Câmaras Municipais da região em especial da de Boticas além de outros organismos ligados à questão da deficiência. O programa deste Fórum será divulgado na próxima edição do ELO.

- 6º dia - Mérida - Guadalupe - Trujillo - Mérida
 - 7º dia - Mérida - Cáceres - Marvão - Porto
- As inscrições deverão ser feitas no Serviço de Atendimento da Delegação do Porto.

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO DO PORTO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento
Dias úteis: 9H00/12H30 e 13H30/17H30
1º Sábado do mês: 10H00/13H00 e 14H00/17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos
Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clínica Geral: Dr. Aníbal Montalvão

3ª Feiras das 15H00 às 19H00
Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde

Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá

Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação
4ª Feira - 14H00/17H30
5ª Feira - 9H00/12H30
Hospital Militar
4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)
5ª Feira: 14H30/17H30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho
2ª a Sábado - Marcação Prévia
Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis
2ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/19H00
Sábados - 9H00/19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/14H30
1º Sábado do mês - 12H30/14H30
Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403
22 832 0744
Fax: 22 832 5242

Aniversário da Delegação reúne mais de cem

ARQUIVO ADFA



almoço comemorativo do 26º aniversário da Delegação de Faro, que teve lugar no dia 8 de Abril.

Este ano o local do encontro foi o Restaurante "Caçarola", propriedade do nosso associado António Brito, em Vila Real de Santo António. Os Órgãos Sociais Nacionais estiveram represen-

tados por José Diniz, da MAGN e Cotrim Viana, do CFN.

Mais de 100 associados e familiares juntaram-se em alegre confraternização no

tados por José Diniz, da MAGN e Cotrim Viana, do CFN.

Delegação de Bragança

Aniversário em Miranda do Douro

A Delegação de Bragança vai comemorar o seu aniversário, dia 3 de Junho, Domingo, na cidade de Miranda do Douro. Será mais um marco no historial desta Delegação.

A concentração terá lugar no largo da Sé Catedral, pelas 9h30, às 11h30 será rezada uma missa por alma dos militares falecidos, ao serviço da Pátria, na Sé Catedral de Miranda do Douro, monumento digno de visitar.

Almoço - convívio - 13h00, que vai decorrer no restaurante o "Mirandês" com uma ementa onde não vai faltar a famosa posta à mirandesa.

As inscrições terão que ser feitas até ao dia 28 de Maio, e devem ser enviadas para a Delegação da ADFA de Bragança, Bairro Fundo Fomento de Habitação, Bloco H, n.º 20 R/c, 5300 Bragança.

Nota: Chama-se a atenção dos associados, para que se inscrevam até ao dia 28 de Maio,

porque a Direcção da Delegação, encerrará as inscrições nesta data. Para que tudo corra bem, façam as vossas inscrições atempadamente. A Direcção agradece.

Mais uma vez a Direcção da Delegação, convida todos os associados e em especial os transmontanos, a deslocarem-se a Miranda do Douro, e participarem no aniversário desta Delegação, e conhecerem algumas obras com significado histórico raro no País, como por exemplo os monumentos que a seguir referenciamos.

De longe, podem-se avistar as portas da cidade que dão entrada para a rua da Costanilha, uma das mais emblemáticas ruas da cidade, onde se podem apreciar magníficas fachadas em granito.

O aqueduto do Vilarinho é uma obra única no nordeste de Portugal. Os primeiros documentos da sua construção remontam a 1587. Este aqueduto abasteceu de água a

cidade de Miranda do Douro até ao início do Séc. XX.

Um dos monumentos a visitar, é o Castelo mandado construir em 1286, por D. Dinis, durante a guerra da independência. Foi das primeiras praças a tomar voz pelo Mestre de Avis. Foi totalmente destruído em 1762, ao rebentar o paiol, sepultando mais de 500 pessoas.

Remonta a 1545 a criação da Diocese de Miranda do Douro. A Sé Catedral começou a ser construída em 1552 sobre o local onde ficava a Igreja de Santa Maria. A Sé é uma obra imponente de talha Maneirista e Barroca.

O rio Douro e as suas arribas, proporcionam a quem as visita paisagens únicas. O "2" gravado pela natureza num dos seus rochedos pode ser admirado de vários miradoiros. •

Domingos Seca

O custo desta iniciativa e outros pormenores vão ser divulgados noutra edição.

Sardinhada

O Parque de Campismo da Gâmbia vai ser outra vez o local para a realização da tradicional sardinhada da Delegação de Setúbal, no próximo dia 30 de Junho, Sábado.

O presidente da Delegação, José Faria, apela aos associados e amigos para que se inscrevam até ao dia 27 de Maio e refere que o encontro vai, "como sempre, ser repleto de animação e bons petiscos, integrado nas comemorações do aniversário da Delegação". "Este ano comemoram-se, no dia 26 de Junho, 25 anos da Delegação e esperamos festa rija", salienta José Faria. •

Laurindo procura-se

José Manuel Cardoso (o "Cristo"), morador na Fonte da Telha, Almada, procura o camarada de armas Laurindo, da Companhia de Caçadores n.º 206, em Angola, no ano de 1971, que ficou ferido, com um tiro na barriga, naquele ano, na região de Teixeira de Sousa. O Comandante de Companhia era o Capitão Carvalho.

Aguarda-se contacto para o ELO.

Ao Dr. Paulo Vale

Quem escreve um livro quase sempre o dedica a alguém especial. Por vezes ainda não se iniciou o trabalho, mas já estamos comprometidos afectivamente com a pessoa ou as pessoas que desejamos nas primeiras páginas.

Porquê o Dr. Paulo Vale? Foi uma escolha a que o meu coração me obrigou.

Os paraplégicos deste país, especialmente os das Forças Armadas, que tiveram o privilégio de o encontrar, sabem entender as minhas razões.

Há quantos anos corremos para ele na ânsia de minorar as nossas dores, todas as dores, mesmo aquelas que os remédios não curam?

O meu livro «Sonhar é Preciso» é dedicado ao Dr. Paulo Vale. A escrita resiste ao tempo. Quis guardar em palavras simples tudo o que de bom temos recebido do homem e do médico que, ao longo dos anos, nos tem oferecido amizade e nos tem ensinado a acreditar que a vida vale a pena.

Conhecendo o sentir de alguns paraplégicos, solicitei à direcção da ADFA autorização para fazer o lançamento deste livro nas suas instalações para que mais facilmente nos pudéssemos reunir e em conjunto partilhássemos alguns momentos com o Dr. Paulo Vale.

A nossa presença significará gratidão e será, também, um incentivo para os dias em que o sonho é menos consentido.

O actor Ruy de Carvalho aceitou fazer a apresentação de «Sonhar é Preciso».

Gostaria de poder contar com todos os que vivem os problemas dos deficientes, com os que sentem a palavra escrita e, finalmente, com aqueles que querem participar nesta pequena homenagem ao Dr. Paulo Vale.

Estaremos juntos no próximo dia 9 de Maio, pelas 18h00, na ADFA. •

Maria Leonarda Tavares *

* esposa do associado

Rui Alves

Delegação de Setúbal

Associados em plena actividade

A Delegação da ADFA em Setúbal informou que o seu dia de funcionamento passou a ser às terças-feiras, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00. A 2ª, 4ª, 5ª e 6ª José Faria está na Sede Nacional e pode ser contactado pelo telefone 21 751 2600.

Viagem a Santiago

A Delegação de Setúbal está a preparar, para o fim de semana de oito e nove de

Setembro, uma viagem a Santiago de Compostela, com saída de Setúbal dia oito de manhã e pernoita em Vigo.

As inscrições podem efectuar-se até dia 31 de Julho, "para ser possível programar o transporte em autocarro e o alojamento".

"Esta iniciativa surge como resultado do sucesso da ida a Mérida, em 2000 e pensamos fazer um passeio a lugares históricos da Península Ibérica anualmente", refere o presidente da Delegação de Setúbal.

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Grande convívio associativo

Fados na Sede Nacional



O associado Rolando Silva em plena actuação

A Sede Nacional foi o palco para o primeiro dos convívios que vão passar a organizar-se mensalmente, numa noite de fados organizada pelo DACDLA e que contou com a plena participação dos associados, familiares e amigos da ADFA, no dia 31 de Março.

O encontro iniciou-se com um jantar associativo, onde estiveram presentes os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais, entre os muitos que quiseram fazer da última noite de Março um convívio marcante e bastante alegre.

As mais de 150 pessoas presentes puderam apreciar a voz de vários fadistas que graciosamente se dirigiram à ADFA para animar a noite.

Carlos Oliveira, o fadista que também fez de apresentador, brindou a assistência com "Tempos de Criança", entre outras canções e apresentou ao público os artistas Jorge Mata, na guitarra portuguesa, e Vítor Tiago e Paulo Monteiro, nas violas.

"É a nossa cultura e a nossa maneira de ser que vos apresentamos", disse, enquanto se

iniciava a sessão de fados em que cantaram os fadistas Zeca Santos, José Tanoeiro, Américo Dias, Emídio Gomes, Paula Colaço, Alfredo Alves, João Paulo Félix, Hortênsia Rasteiro, Telmo Simões, Maria Helena, Paulo Monteiro, Vanessa Oliveira e Ana Cristina e os fadistas associados José Manuel, Carlos César e Rolando Silva.

O público aplaudiu e maravilhou-se com as interpretações do associado Rolando Silva, de João Paulo Félix, Américo Dias e Paula Colaço.

Salientou-se ainda o fado de Coimbra tocado e cantado por Paulo Monteiro e o fado que Telmo Simões cantou com o viola Vítor Tiago, seu filho.

Patuleia Mendes, presidente da DN, destacou a "demonstração clara de como estamos em igualdade na sociedade", evidenciando o exemplo dos associados que cantaram.

O presidente cumprimentou os elementos da Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa, que coordenaram este evento cultural, lembrando que "aqui está a prova de que Lisboa quer estar de novo com a ADFA".

A sessão foi encerrada com "a saudade que o fado nos transmite", e com a promessa de outros eventos associativos do género. •

RV

Criação da Delegação

Continuação das reuniões descentralizadas

A Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa continuou a efectuar reuniões descentralizadas, nomeadamente em Vila Franca de Xira, Alcobaça, Entroncamento e Corroios, nos dias 24 e 30 de Março e em sete e 20 de Abril.

Em Vila Franca de Xira, na reunião para a qual foram convocados os associados residentes nos concelhos de Vila Franca, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos, a CI explicou minuciosamente o interesse associativo da criação da Delegação de Lisboa, assim como da criação de um Núcleo naquela área. "Esta foi a primeira reunião realizada nesta zona, em 26 anos de existência associativa", destacou a CI.

Os associados concordaram globalmente com a criação da nova Delegação, participando activamente na reunião e queixando-se do atendimento, que até agora lhes tem sido facultado pelos serviços da Sede, considerando que o mesmo "deve ser mais humanizado e eficaz".

"Quanto à criação do Núcleo de Vila Franca, regista-se com agrado a disponibilidade de alguns associados para assumirem esta responsabilidade associativa, sendo nomeada na reunião uma Comissão Instaladora composta pelos seguintes associados: Artur Frazão Serra, n.º 14640, Manuel Esteves Miguel, n.º 13499 e

Armando Mendes Carvalho, n.º 3378", referiu Manuel Lopes Dias, da CI.

Em Alcobaça, numa zona em que está instalado o primeiro Núcleo da ADFA na área de Lisboa "e com fortes créditos de participação associativa", os associados valorizaram a sua ligação à ADFA, nomeadamente através do Núcleo, disponibilizando-se para participar nas manifestações de carácter reivindicativo que os OSN ou a Delegação de Lisboa entenderem realizar.

"Relativamente à regularização da situação dos associados com quotas em atraso, constatou-se que esta situação também ali é polémica, mas no conjunto consideram que deve ser aprovado um regulamento de admissão e readmissão dos sócios, com alguma maleabilidade, dado que é de consenso ser necessário fazer tudo para que os associados possam voltar à vida associativa", lembrou Manuel Lopes Dias.

O Núcleo mostrou-se disponível para realizar em Alcobaça um seminário subordinado ao tema "A 3ª Idade do Deficiente Militar", sendo a ideia bem acolhida pelos membros da CI, que a submeteram à DN, tendo sido este projecto apresentado ao SNRIPD para possível financiamento ao abrigo do Programa "Lazer e Tempos Livres". Prevê-se que esta iniciativa decorra no próximo mês de Outubro.

Na reunião realizada no Entroncamento os associados consideraram importante a criação da Delegação, "realçando que se trata de uma área associativamente deprimida, que exigirá da futura Delegação de Lisboa um grande esforço para trazer à participação associativa os associados residentes nos concelhos de Entroncamento, Alcanena, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Golegã e Constância.

Os associados consideraram necessária a definição rápida da situação do Núcleo de Tomar, desde há alguns anos praticamente desactivado, no sentido de estabelecer a criação de um só Núcleo naquela área.

"Renovaram-se as queixas em relação aos serviços prestados na Sede, que têm sido uma constante nas reuniões descentralizadas", referiu a CI.

Os associados que se disponibilizaram para imediatamente criarem uma Comissão Instaladora para o Núcleo do Entroncamento foram: Jorge Manuel Leitão, n.º 8464, Gualdino Alves, n.º 6147, e Hilário Gonçalves Junqueira, n.º 3050.

Os associados da zona de Corroios consideraram importante a sua participação na lista de elementos que integrarem os Órgãos Sociais da futura Delegação. •

RV

Calendário de reuniões

4 de Maio, 6ª feira, pelas 18h30 - A Comissão Instaladora promove uma reunião na Sede Nacional destinada a debater o acto eleitoral de 30 de Junho e a incentivar à apresentação de listas de candidatos aos OSD.

26 de Maio, Sábado, pelas 10h00 - Encontro geral com todas as comissões instaladoras dos núcleos que estão a ser criados, convidando-se também as direcções dos núcleos de Alcobaça, Peniche e Aveiras. A CI pretende, nesta reunião, fornecer todas as informações sobre o funcionamento e desenvolvimento destas novas estruturas associativas, bem como definir parâmetros em relação a planos de actividade que os núcleos podem desenvolver a nível local.

"A presença dos núcleos de Alcobaça, Aveiras e Peniche constituirá um contributo importante para alcançar os objectivos a que nos propomos nesta reunião, dada a grande experiência de participação associativa demonstrada pelos mesmos, tanto no contacto associativo, como na realização de projectos concretos, nomeadamente nas áreas de lazer, tempos livres, desporto e reabilitação", lembra a CI. Todas as actividades tiveram forte participação das entidades locais.

Um dos objectivos deste encontro prende-se com a criação das condições necessárias para que os actuais e futuros núcleos da Delegação de Lisboa possam integrar, através de um dos seus elementos, o Conselho da Delegação a eleger no acto eleitoral de 30 de Junho.

As eleições

Os futuros Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa vão ser constituídos pelos seguintes elementos (de acordo com os artigos 48º, 51º, 53º e 55º dos Estatutos da ADFA):

Mesa da Assembleia Geral de Delegação (MAGD) - presidente, primeiro e segundo secretários.

Conselho de Delegação (CD) - sete associados eleitos em lista própria, elementos da MAGD, com um voto de qualidade, elementos da DD, com direito a um voto e representante eleito em cada Núcleo da Delegação.

Direcção de Delegação (DD) - presidente, secretário, tesoureiro e dois vogais.

Conselho Fiscal de Delegação (CFD) - presidente, relator e vogal.

As etapas para o acto eleitoral

De acordo com o artigo 9º do Regulamento Eleitoral (RE), "a apresentação de candidaturas consiste na entrega de listas conjuntas, que conterão obrigatoriamente todos os candidatos aos três Órgãos Sociais da Delegação (MAGD, DD e CFD)". As listas candidatas terão que dar entrada na MAGNE até 35 dias antes do acto eleitoral, ou seja, até dia 28 de Maio, pelas 17h00, tendo em conta que o acto eleitoral se realizará em 30 de Junho (art.º 12º do RE).

De acordo com o artigo 14º do RE, as listas de candidatos ao Conselho de Delegação serão obrigatoriamente propostas por dez associados. As listas candidatas devem ser propostas também por dez associados efectivos (art. 16º do Regulamento Eleitoral).

A campanha eleitoral e as comissões eleitorais iniciam a sua actividade cinco dias após a data limite da apresentação das listas de candidatos (art.º 7º do RE).

O acto eleitoral vai ter lugar no próximo dia 30 de Junho. •

Convocatória

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo dos artigos 25º a) e 23º, dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convoca todos os associados da área de Lisboa, para a Assembleia Geral Eleitoral da Delegação de Lisboa, a funcionar na Sede, núcleos e outras mesas a indicar posteriormente, entre as 09h00 e as 19h00 do dia 30 de Junho de 2001, a fim de eleger os Órgãos Sociais da Delegação, para o triénio de 2001 a 2003.

Lisboa, 06 de Abril de 2001

Presidente da República e Ministro do Trabalho e da Solidariedade

ADFA recebida em novas audiências

Os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais da ADFA foram recebidos pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, em audiência no Palácio de Belém, no passado dia dois de Abril e pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso, no dia dez de Abril, em Lisboa.

Presidência da República

O Presidente da República, Jorge Sampaio, recebeu em audiência no Palácio de Belém, o presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Maurício, o presidente da DN, Patuleia Mendes, o presidente do Conselho Fiscal Nacional, Guedes da Fonte, e o 1.º vice-presidente da DN, Artur Vilares.

Além do PR esteve também presente o chefe da Casa Militar, tenente-general Faria Leal.

"O PR trouxe ao encontro a sua noção da estabilidade e da responsabilidade que a ADFA assume em todas as situações a que se dedica", referiu Patuleia Mendes.

A ADFA apresentou os cumprimentos e as felicitações pela reeleição de Jorge Sampaio no cargo, sendo salientado pelo Presidente da República que era "com todo o prazer que recebo a ADFA e começamos a dialogar sobre

os assuntos do dia a dia dos deficientes militares e sobre os ex-combatentes."

A ADFA informou o Presidente sobre as preocupações na área legislativa e realçou a situação dos camaradas naturais de África que se encontram em situações muito desvantajosas pois os seus processos para a atribuição de pensões se prendem com problemas de nacionalidade e outros que tornam as qualificações como DFA muito morosas e com graves prejuízos para a vida dos interessados.

Jorge Sampaio quis inteirar-se sobre as reivindicações dos ex-combatentes no que respeita a contagem de tempo de serviço, tendo-lhe sido também apresentada a situação dos deficientes militares que trabalharam e fizeram descontos para CGA antes da prestação do serviço militar obrigatório e a quem a CGA não conta esse tempo. Foi tratado o tema da velhice dos deficientes militares e de todos os problemas acrescidos que ela trará para os próprios e para seus familiares, "havendo que tomar medidas urgentes, pois, já existem graves problemas sociais."

Foram também dadas informações sobre a situação da ADFA nos seus múltiplos aspectos, matéria que o Presidente tinha presente.

Foi apresentada de um modo sucinto a situação das pessoas deficientes em Portugal, não esquecendo as dificuldades com que acompanharam as novas tecnologias, em relação às ajudas técnicas e também de, forma mais acentuada, o problema das acessibilidades.

O PR informou que o problema da deficiência em Portugal estava a ser objecto de estudo na Presidência da República e que seria tomada uma posição pelo PR.

Patuleia Mendes referiu que "a DN se tomou elevada conta do conhecimento demonstrado dos problemas com que se debatem os deficientes militares, achando de elevado relevo a predisposição do PR de efectuar, durante o mandato, uma acção pública nacional devotada à problemática da deficiência."

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Na audiência com o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso, a ADFA esteve representada pelo presidente da DN, pelo 1.º vice-presidente da DN, pelo director do CRPG, estando o ministro acompanhado pelo secretário de Estado da Segurança Social, José Simões.

Agradecida a celeridade com que o



ministro recebeu a ADFA, Paulo Pedroso, indicou que nenhuma outra associação foi tão rápida a apresentar cumprimentos como a ADFA.

"O ministro mostrou grande disponibilidade para acompanhar os assuntos da Associação", referiu Patuleia Mendes, que expôs o que se tem realizado através de inquérito, com o acompanhamento do Instituto para o Desenvolvimento Social, já que com essa colaboração a ADFA se propõe fazer um levantamento sobre as condições de vida dos deficientes militares.

O ministro indicou que os projectos para a Quinta das Camélias, em Lisboa, lhe merecem a melhor atenção, alertando que este não pode ser inserido no terceiro Quadro Comunitário de Apoio, sendo porém possível abordar outras vias para esse projecto.

Jerónimo de Sousa, director do CRPG, apresentou o trabalho profundo do que, na visão da ADFA, deve ser o reequacionamento da formação e emprego dos cidadãos portadores de deficiência.

A audiência terminou com o convite por parte da ADFA para uma visita do ministro às instalações da Sede Nacional. •

Assembleia Geral Nacional Ordinária

Aprovadas actividades e contas

FARINHO LOPES



Foram mais de 200 os associados presentes na Assembleia Geral Nacional

O Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa foi o local escolhido para, no dia 21 de Abril, se realizar a Assembleia Geral Nacional Ordinária da ADFA, com a presença de cerca de 210 associados.

Os assuntos constantes da ordem de trabalhos foram a análise e votação do Parecer do CN sobre a execução do orçamento de 2000 da ADFA (alínea c) do artigo 34.º); discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, do Relatório e Contas da DN e análise do Parecer do CFN (alínea b) do artigo 34.º); proposta de actualização de quotas para 2002 (alínea e) do artigo 34.º); ponto da situação sobre Reivindicações Legislativas; informações da DN.

Após a leitura da acta da reunião anterior,

dos 186 associados presentes 14 abstiveram-se, sendo a acta ratificada pela Assembleia.

Foi cumprido um minuto de silêncio em memória dos camaradas falecidos e iniciou-se o tratamento dos outros pontos da OT, com algumas explicações sobre procedimentos por parte do presidente da MAGN.

Foi aceite a proposta de debater em conjunto os dois primeiros pontos, no sentido de poupar tempo à reunião.

Depois de apresentado o documento do CN, a DN fez uma introdução às contas e Relatório de Actividades, salientando que se limita "a apresentar a realidade da gestão efectuada e a descrição sintética das actividades que ela suportou".

A DN, referiu que o "quadro económico e financeiro da Associação, mostra-se clara e dramaticamente deficitário", tendo destacado a "zona de défice em que a ADFA se encontra" e referido "uma política arrojada, de rigor, contenção" necessária para a resolução desta situação.

O CFN leu também o seu "parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas apresentados" e expressou a sua "confiança na capacidade da DN em funções, no sentido de que esta situação seja rapidamente revertida."

Durante o debate Humberto Sertório referiu que a situação "não é tão grave como foi apresentado".

Após algumas intervenções foi aprovado um requerimento para que se passasse de imediato à votação, a Assembleia aprovou os documentos por maioria. Neste ponto, que gerou alguma polémica, alguns associados retiraram-se da sala, enquanto o presidente da MAGN pres-tou alguns esclarecimentos sobre as votações e se ouviam as declarações de voto.

Aceites cinco propostas para alteração de quota para 2002, foi aprovada a que estipula que o seu valor passe para 3,5 euros (700 escudos), como foi proposto pela DN inicialmente.

Foi feito pela DN um ponto da situação sobre as reivindicações legislativas em que se apresentou um documento que aglomera, de forma resumida, os assuntos a ser apresentados no CCADFA, tendo em conta as recomendações do Congresso, com outros pontos que foram acrescentados.

"Pretendemos que os associados nos

digam o que entendem como prioritário para as nossas reivindicações", disse o presidente da DN, que aludiu ainda à "importância de considerar o Estatuto do Deficiente Militar para plena satisfação dos direitos dos associados.

O presidente da DN referiu ainda os contactos estabelecidos com o Ministério da Defesa, com as entidades oficiais e com as instituições em geral, realçando assuntos como a aplicação do DL 134/97, a extinção do DL 503/99 em relação aos militares, a questão dos deficientes em serviço, entre outros temas que os associados têm considerado relevantes.

Patuleia Mendes informou ainda sobre a publicação de outros elementos relativos à Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra sobre o ingresso dos associados no IASFA.

Foram apresentadas três propostas (sobre o conceito de campanha, sobre os deficientes em serviço e sobre o DL 134/97 praças) que após aceso debate, a AG e os proponentes aceitaram que ficassem como recomendações para a DN ter em conta no processo de reivindicativo, no imediato.

No último ponto (informações da DN) foram prestados esclarecimentos, nomeadamente sobre o projecto da quinta das Camélias que a DN está a reequacionar, sobre as instalações dos Açores (Grotinha) e sobre a Miraforma.

A DN aproveitou ainda para esclarecer alguns aspectos relativos às contas.

A AG terminou por volta das 20h30, após agradecimento da MAGN a todos os colaboradores e ao Lar Militar. •

"Esperamos grande adesão associativa"

"Queremos todas as actividades com a presença de muitos associados e amigos", é a frase/apelo que João Gonçalves, presidente da Direcção da Delegação de Viseu e organizador das comemorações descentralizadas do 27º Aniversário da ADFA, escolheu para abrir a sua conversa com o ELO sobre o encontro anual que tradicionalmente reúne mais associados e seus familiares em torno da vida associativa.

O presidente da Delegação de Viseu faz uma apresentação das diversas actividades que constam do programa das comemorações, destacando as razões que levam a prolongar por uma semana os eventos que compõem o 27º aniversário da Associação.

"Da Sessão Solene de abertura vai constar uma apresentação do programa às entidades e à Comunicação Social, onde se vai explicar aos presentes o que é a ADFA, os serviços que presta e as valências que proporciona aos seus associados e à comunidade em geral.

Contamos com o apoio da Câmara Municipal de Viseu, pois as suas instalações vão estar disponíveis para a realização dos diversos eventos que programámos para estas comemorações", salienta João Gonçalves.

"O presidente da autarquia deu sempre todo o apoio à ADFA, tanto a nível da montagem dos espaços, como na cedência dos mesmos, e, quanto à atribuição do nome "Rua dos Deficientes das Forças Armadas" a uma das artérias desta cidade, contamos com o apoio total da edilidade, para encontrar um espaço digno para lembrar os nossos associados", continua o dirigente.

As conferências e colóquios em Mangualde, com os títulos "25 de Abril, Uma Aventura para a Democracia" e "A Guerra Colonial e o 25 de Abril", para alunos do secundário, vão ter a participação do coronel Arnaldo Costeira, do DRM de Viseu, do coronel Diamantino Silva, do presidente da Câmara de Mangualde, Soares Marques, do adjunto do presidente, Manuel Martins, do presidente da DN, Patuleia Mendes, do associado Manuel Lopes Dias, de João Pereira, do CFD de Viseu, e de João Gonçalves, presidente da Delegação de Viseu.

"O que preside à realização dos colóquios é o facto de que sempre por altura do 25 de Abril, as escolas solicitam a realização de encontros com os seus alunos. Desta vez, através do Centro da Área Educativa da região, as escolas puderam convidar a ADFA a realizar estas conferências", realça o presidente.

A importância da conferência sobre Viriato, segundo destaca João Gonçalves, "prende-se com o facto de esta figura histórica ter sido também um combatente, o que releva em interesse com a intervenção do governador civil, João Inês Vaz."

No dia 11 faz-se um encerramento do "ciclo" de colóquios, no teatro Mirita Casimiro, com uma sessão dedicada ao tema "A Guerra Colonial e o 25 de Abril", com Fernando Ruas, presidente da Câmara Municipal de Viseu, coronel Arnaldo Costeira, do DRM de Viseu, o coronel Jorge Maurício, presidente da MAGN, e um representante da Associação 25 de Abril. O moderador vai ser Soares

Marques, presidente da CM de Mangualde.

"O concerto com o prestigiado Coro de Santo Amaro de Oeiras, que pela primeira vez se vai deslocar à capital da Beira Alta, vai abrilhantar estas comemorações numa actuação que muito nos honra e que, como já tem sido hábito noutras ocasiões, muito entusiasmo colhe entre os nossos associados", diz João Gonçalves.

O dia 13 de Maio é o culminar das comemorações, sendo o dia mais preenchido, com actividades que vão mobilizar os associados, familiares e amigos da Associação.

Destacam-se a bênção das instalações e o cicloturismo na cidade de Viseu, a par da inauguração da Rua dos Deficientes das Forças Armadas, da missa na Sé de Viseu, que vai ser cantada pelo Coro de Santo Amaro de Oeiras.

A Câmara Municipal de Viseu patrocina a recepção às entidades que vão participar na Sessão Solene, seguindo-se a homenagem aos militares falecidos, com as devidas honras militares.

"As comemorações são encerradas com um grandioso almoço-convívio onde esperamos a máxima adesão, no Regimento de Infantaria 14, em Viseu. Algumas delegações estão a organizar o transporte para o encontro, sendo de esperar a melhor participação associativa, em mais uma oportunidade para um encontro descentralizado anual, que retrata bem a nossa posição na sociedade", refere o presidente da Delegação de Viseu. •

R.V.

Guerra Colonial no Bombarral

Em virtude de ter sido publicada na última edição do ELO uma notícia sobre a deslocação da exposição sobre a Guerra Colonial ao Bombarral, a ADFA foi contactada para que a exposição possa vir a estar patente nas instalações do Núcleo da Liga dos Combatentes na Covilhã, com vista a integrar a exposição num conjunto de actividades que vão decorrer no mês de Outubro.

Na inauguração da exposição no Museu Municipal do Bombarral, no passado dia sete de Abril, esteve o presidente da DN, Patuleia Mendes, que apresentou a exposição.

Os objectos ligados à Guerra Colonial estiveram patentes até 27 de Abril, sendo a mostra incorporada nas actividades do Museu Municipal do Bombarral, designadamente, nas comemorações concelhias do 25 de Abril.

O presidente da ADFA também prestou declarações aos órgãos de Comunicação Social da região, referindo ao ELO que "a afluência tem sido significativa e que as escolas passaram a visitar a exposição desde 20 de Abril."

"A exposição foi intensamente vivida por ex-combatentes e a realidade exposta pro-

vocou lágrimas em homens, mulheres e crianças, chegando um ex-combatente, a determinado momento da visita, a necessitar de assistência médica por desmaio, e outros que, chegando à porta, terem-se retirado, sem coragem para entrar", lembrou Patuleia Mendes.

"Serão estes os verdadeiros casos de Stress de Guerra?" Foi a pergunta que o presidente da DN deixou aos presentes. •

RV

Núcleo de Leiria

Consultas de Psiquiatria Stress Pós-traumático

A marcação de consultas de Psiquiatria Stress Pós-traumático com o Dr. Fernando Pereira efectua-se através do telefone 244 823 725 (Cruz Vermelha de Leiria). •

Programa do 27º Aniversário em Viseu, de 7 a 13 de Maio

Dia 2 – Contacto com a imprensa local e nacional.

Dia 7 – Sessão Solene de Abertura do 27º Aniversário, na Casa da Ribeira pelas 17H00, seguida de um "DÃO de HONRA".

Dias 7, 8, 9, 10 e 11 de Maio, colóquios nas escolas em Viseu e seu Concelho, subordinadas ao tema "A Guerra Colonial e o 25 de Abril".

Dia 9 – Conferência sobre a figura histórica de Viriato, pelas 21H30, no Auditório da Igreja Nova da Freguesia do Coração de Jesus, subordinada ao tema "Mito e Realidade", tendo como orador o Dr. João Inês Vaz, Governador Civil de Viseu e com a actuação da Infantuna – Real Túnel Académica.

Dia 11 – Colóquio subordinado ao tema "A Guerra Colonial e o 25 de Abril" que terá lugar no Teatro Mirita Casimiro, pelas 21H30, cujos oradores serão o Dr. Fernando Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, o Coronel Arnaldo Costeira do DRM de Viseu, o Coronel Jorge Maurício MAGN da ADFA, e o representante da Associação 25 de Abril. Este colóquio terá como moderador o Dr. António Soares Marques, Presidente da Câmara Municipal de Mangualde.

Dia 12:

- Desfile de uma banda filarmónica local pelas ruas da Cidade, das 8H30 às 9H30.

- Concerto do Coro de Santo Amaro de Oeiras no Teatro Viriato, pelas 21H30.

Dia 13:

- 9H00 – Bênção das instalações pelo Pároco da Paróquia Coração de Jesus.

- 10H30 – Cicloturismo circundante à Cidade de Viseu, com homenagem às figuras de Hilário e Viriato.

- 10H30 – Inauguração de uma rua com o nome de "Rua dos Deficientes das Forças Armadas".

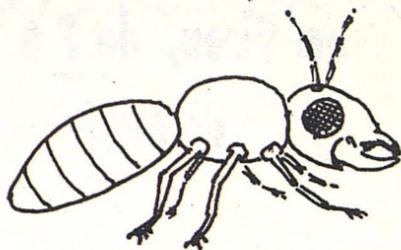
- 11H00 – Missa na Sé de Viseu, cantada pelo Coro de Santo Amaro de Oeiras.

- 12H15 – Sessão Solene de Encerramento, com recepção oferecida pela Câmara Municipal de Viseu às entidades convidadas.

- 12H45 – Homenagem aos militares falecidos, com honras militares.

- 13H00 – Almoço Convívio de Encerramento do 27º Aniversário a efectuar no RI-14 de Viseu, com animação cultural pela Tuna da Associação Social R. de Chãos e Casal-Mau. •

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES

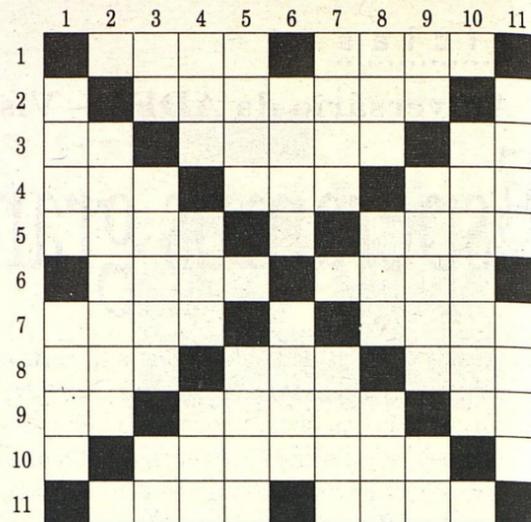


NOME CIENTÍFICO:
FORMICA LABORENS

NOME VULGAR:
FORMIGA OBREIRA

TRABALHA MUITO, SEM
NECESSIDADE DE REUNIR

SA



HORIZONTAIS

1 - Divisão; ofício. 2 - Livre. 3 - Poeira; monte; cento e um. 4 - Capa sem mangas; três vogais iguais; faz o gato. 5 - Falha; ido. 6 - Subir; face. 7 - Gostas; ala. 8 - Cordel; olá (bras.); batráquios. 9 - Seguiu; autor de fábulas; aqueles. 10 - Que não é livre. 11 - Porção de curva; escasso.

VERTICAIS

1 - Sobrepõe; semelhante. 2 - Escravizava. 3 - Outra coisa; arreio de cavalo; também (ant.). 4 - Borra de vinho; rio suíço; escola (abrv.). 5 - Descer; desprezo. 6 - Ave pernalta (pl.); impulso. 7 - Superfície; inchar. 8 - Rádio Televisão Independente; sabor; ovário dos peixes. 9 - Bastal; olhar; sufixo de agente. 10 - Indivíduo. 11 - Brinquedo; dificuldade (fig) (fig).

SOLUÇÕES

HORIZONTAIS

10 - Escravo. 11 - Arco; raro.
1 - Sala; arte. 2 - Liberta. 3 - Pó; arme; Cl. 4 - Opa; AAA; mia. 5 - Erra; sido. 6 - Igar; cara. 7 - Amari; lado. 8 - Fio; alô; rás. 9 - Ia; Espopo; os.

VERTICAIS

1 - Apõe; airm. 2 - Oprimia. 3 - Al; argão; er. 4 - Lia; Aar; Esc. 5 - Abra; asco. 6 - Emas; alor. 7 - Área; opar. 8 - RTI; sal; ova. 9 - Tá; mirar; or.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Conceptine	1.553.718,00	2.186.279,00
1.0 Conceptine AC	1.817.951,00	2.495.431,00
1.2 3 litros	2.141.409,00	3.027.531,00
1.4 Highline Automático	2.255.056,00	3.474.480,00
1.4 TDI Conceptine	2.068.270,00	3.316.631,00
Polo		
1.0 Conceptine 3p	1.688.659,00	2.352.935,00
1.4 Conceptine 3p	1.879.329,00	3.043.655,00
1.4 Highline AC 3p	2.176.969,00	3.391.893,00
1.4 Confortline 3p cx. Aut.	2.110.081,00	3.313.635,00
1.4 Confortline 5p cx. Aut.	2.175.074,00	3.389.676,00
1.4 TDI Confortline 3p	2.301.231,00	3.597.970,00
1.4 TDI Confortline 5p	2.366.221,00	3.674.009,00
1.4 TDI " ABS+AC 5p	2.583.319,00	3.928.013,00
1.4 TDI Trendine 5p	2.561.697,00	3.902.715,00
1.4 TDI Trendine AC 5p	2.714.942,00	4.082.012,00
Polo Variant		
1.4 Confortline	2.116.375,00	3.320.999,00
1.4 Highline AC	2.447.867,00	3.743.944,00
1.9 SDI Confortline	2.340.173,00	4.542.507,00
1.9 TDI Confortline AC	2.521.868,00	4.755.090,00
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	2.044.334,00	3.236.711,00
1.4 Highline	2.405.826,00	3.659.656,00
1.9 SDI Confortline	2.421.631,00	4.637.812,00
1.9 TDI Confortline	2.449.954,00	4.670.950,00
1.9 TDI Trendline	2.831.549,00	5.117.417,00
Golf		
1.4 Confortline 3p	2.303.061,00	3.548.196,00
1.4 Confortline 5p	2.366.677,00	3.622.627,00
1.4 Confortline 3p JE AC	2.781.708,00	4.108.213,00
1.4 Confortline 5p JE AC	2.871.776,00	4.213.593,00
1.9 TDI 90 cv 5P	2.797.183,00	5.085.983,00
1.9 TDI 90 cv 5P AC	2.972.559,00	5.291.173,00
1.9 TDI "25 Anos" 5p 90 cv	3.045.312,00	5.376.294,00
1.9 TDI cx. Aut.	3.010.651,00	5.335.741,00
1.9 TDI "25 Anos" cx. Aut.	3.258.779,00	5.626.051,00
1.9 TDI 100 cv 5p	2.843.474,00	5.140.144,00
1.9 TDI AC 100 cv 5p	3.018.850,00	5.345.334,00
1.9 TDI 115 cv cx 6 vol.	3.769.160,00	6.223.196,00
1.9 TDI 115 cv Motion	4.028.918,00	6.527.113,00
1.9 TDI Motion Tiptronic	3.981.173,00	6.471.252,00
Golf Variant		
1.9 TDI 90 cv AC	3.075.324,00	5.411.408,00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.288.792,00	5.661.166,00
1.9 TDI 100 cv AC	3.121.617,00	5.465.571,00
1.9 TDI 115 cv 6 vol.	4.079.839,00	6.586.691,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.291.983,00	6.834.899,00
Bora		
1.9 TDI 100 cv	3.362.927,00	5.747.904,00
1.9 TDI 115 cv	3.916.678,00	6.395.792,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.124.301,00	6.638.711,00
Passat		
1.9 TDI 100 cv 5 vol.	3.467.159,00	5.875.705,00
1.9 TDI 130 cv 5 vol.	3.844.132,00	6.316.764,00
1.9 TDI 130 cv 6 vol.	4.320.311,00	6.873.893,00
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	4.609.474,00	7.212.214,00
1.9 TDI 130 cv 6 vol.	4.687.556,00	7.303.570,00
2.5 TDI 150 cv 6 vol.	5.111.765,00	8.937.836,00

Passat Variant

1.9 TDI 115 cv	4.397.965,00	6.964.748,00
1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.744.212,00	7.369.857,00
2.5 TDI 150 cv 6 vol.	5.188.898,00	9.028.082,00
Audi A2		
1.4 TDI	2.990.331,00	4.430.542,00
Audi A3		
1.6 3P	3.666.741,00	5.550.049,00
1.9 TDI Att. 3P	3.940.888,00	6.441.668,00
1.9 TDI Att. 5P	4.465.165,00	7.055.072,00
Audi A4		
1.9 TDI 130 cv	4.674.038,00	7.267.864,00
2.5 TDI V6 Quattro	6.034.178,00	10.028.759,00
Audi A4 Avant		
1.9 TDI Att. 115 cv	4.850.746,00	7.506.202,00
2.5 TDI Att. 150 cv	5.638.625,00	9.565.962,00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.856.445,00	8.624.950,00
1.9 TDI 110 cv TA	6.044.479,00	8.844.950,00
2.5 TDI 150 cv	7.216.986,00	11.323.837,00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	7.828.407,00	12.039.200,00
Audi A6 e Avant		
2.5 TDI 150 cv	7.216.974,00	11.412.631,00
2.5 TDI 180 cv Tiptronic	7.828.394,00	12.127.992,00
2.5 TDI 150 cv Avant	7.399.654,00	11.626.366,00
2.5 TDI 180 cv Avant Tiptr.	8.012.916,00	12.343.883,00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento S	987.877,00	1.575.000,00
Seicento Sport	1.295.569,00	1.935.000,00
Seicento Elettra	3.880.342,00	4.590.000,00
Punto		
1.2 3p	1.362.033,00	2.120.000,00
1.2 ELX 5p	1.571.435,00	2.365.001,00
1.2 ELX 16v 5p	1.682.546,00	2.495.000,00
1.2 ELX 16v Speedgear	1.862.033,00	2.705.000,00
1.2 Sport 3p	1.981.691,00	2.845.000,00
1.9 JTD ELX 5p	1.725.807,00	3.805.000,00
1.9 JTD HLP 3p	1.883.926,00	3.989.999,00
Palio		
Weekend 75	1.964.597,00	2.825.000,00
Weekend 70 TD	1.902.792,00	3.610.000,00
Bravo		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
100 16v Sport	2.239.074,00	3.810.000,00
1.9 JTD Sport	2.503.585,00	4.715.001,00
Brava		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
105 JTD Stile	2.503.585,00	4.715.001,00
Multipia		
100 16v ELX	2.892.920,00	4.574.999,00
1.9 JTD ELX	3.054.867,00	5.360.000,00
Marea e Marea Weekend		
100 16v SX	2.221.980,00	3.790.000,00
1.9 JTD ELX	2.700.166,00	4.945.000,00
1.9 JTD Weekend	2.640.337,00	4.875.000,00
1.9 JTD HIX Weekend	3.046.320,00	5.350.000,00

LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino Blue	1.494.318,00	2.167.536,00
Y 1.2 cx. Autom. IS	1.962.473,00	2.822.515,00
Y 1.2 16V LS	1.688.968,00	2.502.514,00
Libra 1.6	3.230.356,00	4.969.800,00
Libra 1.9 JTD LX	3.291.619,00	5.637.000,00
Libra 2.4 JTD LX	3.864.128,00	7.211.500,00
Libra SW 1.6	3.461.125,00	5.239.404,00
Libra SW 1.9 JTD LX	3.864.268,00	6.307.000,00
Libra SW 2.4 JTD LX	4.094.897,00	7.481.499,00
Lancia K 2.0	4.348.971,00	7.041.000,00
Lancia K 2.4 JTD LS	5.239.000,00	8.820.100,00
Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.718,00	9.111.100,00

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Expression 1.2	1.427.807,00	2.134.230,00
Privilege 1.2	1.513.277,00	2.234.230,00
Clio		
RN 1.2 3p	1.566.269,00	2.296.230,00
SI 1.4 16v 3p	1.804.223,00	2.922.230,00
RN 1.2 5p	1.631.226,00	2.372.230,00
RXE 1.4 16v 5p	1.889.693,00	3.022.230,00
RN 1.9D 5p	1.562.040,00	3.549.230,00
RXE 1.9 DTI	1.774.006,00	3.797.230,00
Megane RTE		
Expression 1.4 16v 5p	2.478.985,00	3.717.230,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.881.988,00	4.583.230,00
Expression 1.9 DTI	2.636.802,00	4.812.230,00
Privilege 1.9 DTI	2.812.016,00	5.017.230,00
Megane/ Break		
Expression 1.4 16v	2.564.455,00	3.817.230,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.967.458,00	4.683.230,00
Expression 1.9 DTI	2.722.272,00	4.912.230,00
Privilege 1.9 DTI	2.889.486,00	5.117.230,00
Megane Classic		
RTE 1.4 16v	2.521.720,00	3.767.230,00
RXE 1.9 DTI AC	2.679.537,00	4.862.230,00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	2.854.751,00	5.067.230,00
Megane Scenic		
RTE 1.4 16v	2.486.677,00	3.726.230,00
RXE 1.9 DTI AC	3.029.110,00	5.271.230,00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	3.225.691,00	5.501.230,00
Laguna		
RXE 1.6	2.883.697,00	4.585.230,00
RXT 1.9 DTI	3.078.683,00	5.329.230,00
RXT 2.2 DT	3.654.658,00	6.606.230,00
Laguna Break		
RXE 1.9 DTI	3.232.529,00	5.509.230,00
RXT 2.2 DT	3.808.504,00	6.786.230,00
Kangoo		
1.2	1.794.291,00	2.572.230,00
RTE 1.9 DTI	2.084.934,00	4.170.230,00
Kangoo Expresso		
FGTE RL 1.2	1.572.783,00	2.051.230,00
FGTE RN 1.9	1.778.719,00	2.732.230,00
FGTE RL Grande Volume	2.006.925,00	2.999.230,00

OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 XE 5p	1.281.529,00	1.859.985,00
1.2 Elegance 5p	1.558.966,00	2.365.450,00
Corsa		
1.0 3p	1.581.072,00	2.210.451,00
1.0 5p	1.640.901,00	2.280.451,00
1.7 DT 3p	1.805.150,00	3.522.450,00
1.7 DT 5p	1.864.979,00	3.592.450,00
1.2 Confort 5p	1.751.274,00	2.590.450,00
1.7 DT Confort 5p	2.001.731,00	3.752.450,00
Astra		
Club 1.4 4p	2.411.393,00	3.668.450,00
Club 1.7 DTI 4p	2.587.201,00	4.437.450,00
Club 2.0 DTI 5p	2.519.646,00	4.944.450,00
Club 2.0 DTI 4p	2.553.834,00	4.984.450,00
Elegance 2.0 DTI 5p	2.835.885,00	5.314.450,00
Sport 2.0 DTI 3p	2.741.868,00	5.204.450,00
Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.596.569,00	5.034.450,00
Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.562.381,00	4.994.450,00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.479.749,00	3.748.450,00
Club 1.7 DTI	2.655.577,00	4.517.450,00
Club 2.0 DTI	2.622.210,00	5.064.450,00
Elegance 2.0 DTI	2.938.449,00	5.434.450,00
Club 2.0 DI cx. Aut.	2.664.945,00	5.114.450,00
Astra Coupé		
1.8 XE	3.237.096,00	5.406.449,00
2.0 Turbo	3.952.389,00	6.626.449,00
Vectra		
1.6 4p Confort	3.125.576,00	4.900.450,00
2.0 4p Confort	3.166.654,00	5.701.450,00
2.0 5p Caravan	3.311.953,00	5.871.450,00
2.0 DTI 4p Elegance	3.423.064,00	6.001.44

ADFA junto ao Monumento em Belém

Comemorações do Dia do Combatente

No dia 8 de Abril decorreram junto ao Monumento aos Combatentes, em Belém, as cerimónias do Dia dos Combatentes.

O programa constou de uma Missa Campal, pelas 10 horas, em memória dos combatentes falecidos, seguida da concentração junto do Monumento. Às 12 horas foi recebido com honras militares o ministro da Defesa Nacional, entidade que presidia a cerimónia de homenagem aos combatentes. Constatou esta da deposição de coroas de flores e aos toques da praxe por uma fanfarrinha do Exército. Seguiu-se a alocução pelo presidente da Liga dos Combatentes, general Júlio Faria de Oliveira, em que foram referidas muitas das questões que preocupam os ex-combatentes portugueses. O acto terminou com todos os assistentes a cantar o Hino Nacional.

Terminada a cerimónia oficial, seguiu-se o desfile informal dos combatentes, a deposição de flores e outras acções junto ao Monumento, em que reinou a espontaneidade. Igualmente se fizeram ouvir algumas vozes lembrando às entidades presentes, e principalmente ao ministro da Defesa, algumas reivindicações, sobretudo sobre o "stress de guerra", contagem de tempo de serviço e prisioneiros de guerra.

FARINHO LOPES



O ministro da Defesa prestou homenagem aos combatentes

As cerimónias contaram com a presença

da Marinha (Guarda de Honra e um navio), do Exército e da Força Aérea (aviões F-16), dando mostra do empenhamento oficial no evento. •

NSC

ADFA presente

65.ª Romagem à Batalha



Cumprindo uma já longa tradição, foi feita mais uma romagem ao Mosteiro da Batalha, para aí homenagear, junto ao túmulo do Soldado Desconhecido, os Combatentes

caídos em defesa da Pátria. Em nove de Abril de 1918 as tropas portuguesas na Flandres (norte de França) sofreram um violento ataque alemão que praticamente pôs fim ao

nosso Corpo de Exército. O que se comemora portanto nesta data não é uma vitória, mas o esforço e sacrifício do combatente português.

A cerimónia, organizada pela Liga dos Combatentes, foi presidida pelo secretário de Estado da Defesa nacional, Miranda Calha, representando o MDN, e contou com a presença de muitas individualidades, incluindo representantes do Estado Maior General das Forças Armadas e dos três ramos bem como os adidos militares acreditados em Lisboa.

Conforme o programa, foram prestadas honras militares à alta entidade, tendo-se passado em seguida à Sala do Capítulo. Junto ao túmulo, foi dita uma oração pelos combatentes falecidos e depositadas flores pelas entidades presentes, públicas e privadas. Seguiram-se as Honras Militares ao Soldado Desconhecido e dada por finda a cerimónia. Foram ainda apresentados cumprimentos a Miranda Calha pelos representantes dos Órgãos Sociais Nacionais da ADFA. •

NSC

Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes

Novos órgãos tomam posse

Os associados António Neves e Bento Raimundo tomaram posse como elementos dos Órgãos Sociais da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), no passado dia 29 de Março, no Auditório da Biblioteca Municipal D. Dinis, em Odivelas, numa cerimónia presidida pelo representante do ministro do Desporto, Ricardo Simões.

Geral cessante, salientou o "grande empenhamento do governo no acompanhamento do desporto para deficientes", referindo ainda que "este importante momento de passagem de testemunho" é uma oportunidade "para, uma vez mais, dizer-mos que estamos unidos na luta pelos direitos dos cidadãos deficientes."

António Neves, associado que tomou

posse como presidente da Direcção da FPDD, congratulou-se com a presença das entidades e com o seu apoio, e dirigiu-se aos representantes da Comissão Instaladora do Município de Odivelas, realçando que se espera o seu "apoio e parceria nos projectos a desenvolver."

Durante a cerimónia foi destacado o "grande valor dos nossos atletas portadores de deficiência", evidenciando-se os que partici-

param nos Paralímpicos. Na tomada de posse estiveram também presentes os representantes do SNRIPD, do Instituto Nacional do Desporto, das juntas de freguesia da área de Odivelas e da Direcção Nacional da ADFA, com o seu 2º secretário, entre muitos outros que quiseram associar-se ao evento. •

RV

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

António Conceição Pires

Associado n.º 12077
62 anos
Faleceu no dia
09/03/01



Residia em Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes. Deixa viúva Celeste Guarita Pires. Serviu em Angola, no Batalhão de Caçadores 114/Companhia de Caçadores 115.

Carlos Santos Lemos

Associado n.º 7599
58 anos
Faleceu no dia
27/02/01



Residia em Alenquer. Deixa viúva Hermengarda Fermiano Lemos. Serviu na Guiné, na Companhia de Artilharia 732/Batalhão 733.

César Albuquerque Campos

Associado n.º 7460
52 anos
Faleceu no dia
31/03/01



Residia em Sezures, Penalva do Castelo. Deixa viúva Maria Dias Campos. Serviu em Angola.

João Alcântara Pita

Associado n.º 5682
52 anos
Faleceu no dia
11/03/01



Residia no Funchal. Serviu na Escola Prática de Infantaria, em Mafra.

Júlio Ferreira Azinha

Associado n.º 9561
83 anos
Faleceu no dia
31/03/01



Residia em Urqueira, Ourém.

Comentário

O DESAFIO

Todos temos consciência, em maior ou menor grau, da floresta legal na qual se perdem os deficientes militares portugueses. Combate, campanha, serviço, não em serviço, risco agravado, semnexo, equiparado, aplicável ou não, agravado, contraído... Seria longa e fastidiosa a enumeração dos termos - e decerto não ficaria completa, já que a imaginação dos legisladores e dos interpretadores da legislação é fértil.

Para um leigo na matéria, apanhado neste turbilhão jurídico, fica sempre a impressão de que ficou aquém ou além de um "parafuso" legal que resolveria o seu problema; por exemplo, aquele relatório, parecer ou testemunha que alteraria radicalmente a sua situação. E o grave é que, muitas vezes, tem razão. Esta disparidade de situações é não só muitas vezes injusta, por vício próprio ou má condução do processo, mas também indutora de tensões entre os próprios deficientes; atitude reprovável, mas diria que quase natural da parte de quem vê soluções diferentes para idênticos casos.

Da progressiva tomada de consciência dessas anomalias por parte da actual equipa do Ministério da Defesa, confrontada quer com o número de casos ainda decorrentes da

Guerra Colonial (velhos de 25 anos, no mínimo!), quer com os que vão surgindo com a fatalidade decorrente das imposições do serviço militar, quer ainda da avaliação dos danos causados por legislação avulsa e alheia aos interesses da maioria dos deficientes, como o célebre Decreto-lei 134/97, surgiu, diria que naturalmente, a constatação da necessidade de juntar num só diploma a legislação até agora dispersa sobre deficientes militares; algo a que se poderia chamar o "Estatuto do Deficiente Militar".

Será um trabalho de fundo, e um trabalho de fôlego. De fundo, porque, se se pretende corrigir erros do passado e evitar a sua repetição no futuro, será imperativo analisar exaustivamente todas as situações e definir uma filosofia que esteja de acordo com a especificidade militar, com o superior interesse nacional e com a protecção dos militares e suas famílias, enquanto executores desse interesse e enquanto cidadãos de pleno direito.

De fôlego, porque não se compadeceria com improvisações e simplificações que foram tão nocivas no passado; porque exigirá de quem dele participar um empenhamento sem reservas, nomeadamente por parte de ADFA,

cujo manancial de conhecimentos e experiência não dispensa o seu contributo activo na elaboração do projecto; e ainda porque requer naturalmente a participação de outras associações, como entre outras a AOFA, ANS, ANCE, reputadas de essenciais dado o seu peso em pessoal no activo e nas futuras gerações de militares.

À partida, poder-se-iam definir desde já dois pontos essenciais: não poderá de modo algum haver perda de direitos já garantidos; e deverá ser procurado o mais possível esbater, vidé eliminar, as diferenças de situação entre deficientes pelas diversas causas.

Um grande desafio se põe à ADFA; atrever-me-ia a dizer que nenhum tão importante desde a aprovação do Decreto-lei 43/76. Estarão em jogo, não só a resolução de muito do contencioso da Guerra Colonial, mas de casos surgidos depois de 1974 e sobretudo a erradicação, para as gerações futuras, da política mesquinha de que todos fomos, directa, ou indirectamente, vítimas.

Esperamos que o espírito da ADFA se manifeste e cada qual, dentro das suas capacidades e experiência, participe nesta tarefa. •

Nuno Santa Clara

Estatuto do Deficiente Militar

A ADFA sempre lutou para que toda a legislação relativa aos deficientes militares fosse condensada e sistematizada em um único diploma que abrangesse todas as situações e direitos dos deficientes militares.

A forte oposição levantada ao recente DL 503/99, de 20NOV, que lesa os direitos dos deficientes militares e o pedido de suspensão da sua aplicação a estes, veio criar condições para se avançar com a elaboração de tal Estatuto no qual se pretende reunir toda a legislação sobre a matéria e legislar sobre todas as situações controversas, incluindo as questões relativas ao DL 134/97, de 31 de Maio.

Esta matéria foi objecto de uma proposta da DGP do MDN que mereceu a concordância do Secretário de Estado da Defesa Nacional, em 28/03/01, no sentido de se proceder à elaboração do Estatuto do Deficiente Militar.

Um tal diploma deverá conter a definição dos conceitos de acidente e de deficiente militar, abrangendo no seu âmbito o universo de todos os deficientes militares e protecção à família e em especial às viúvas.

Deste regime não poderá resultar diminuição dos direitos consagrados na legislação referente aos deficientes militares e deverá garantir que não haja diferenciação na protecção conferida a acidentes ou doenças

ocorridos nas mesmas circunstâncias e cujos processos foram concluídos em datas diferentes.

Por outro lado, deverá ser permitida revisão de processos a militares e ex-militares que se encontrem ao abrigo da legislação anterior.

"Apela-se, de harmonia com o decidido na AGNO, à participação dos associados neste grande desafio, a qual se exprimirá pela confiança que os associados depositaram na DN naquela reunião do órgão máximo da ADFA", referiu o presidente da DN. •

TE

A advogada responde

Agravamento de lesões antigas

"Em 1964, durante um ataque do IN em Angola, na sequência da explosão de uma granada fui atingido por estilhaços em várias zonas do corpo, em especial na cabeça, sendo qualificado deficiente em campanha com 10% de desvalorização. Recentemente comecei a ter graves problemas auditivos e o meu médico de família pensa que eles estão relacionados com o acidente do Ultramar. Será que há possibilidade de reabrir o meu processo?"

Em primeiro lugar temos de averiguar se as lesões auditivas de que actualmente padece, embora possam ter tido origem no acidente que sofreu em 1964 com a explosão de uma granada, são lesões novas, independentes das lesões pelas quais a JHI lhe atribuiu 10% de desvalorização, e que só recentemente se manifestaram, ou se são uma consequência do agravamento das lesões antigas, nomeadamente, do facto de ter estilhaços alojados na cabeça.

É que os trâmites processuais a seguir, num caso e no outro são distintos.

No primeiro caso, isto é, se as suas lesões auditivas actuais forem lesões novas, independentes das anteriores, o caminho a seguir é o de requerer junto da entidade militar competente a elaboração de um novo processo.

No segundo caso, isto é, se as lesões auditivas forem uma consequência directa do agravamento das lesões antigas, deverá ser requerida a revisão do processo e a sua submissão a uma nova JHI para que esta junta médica analise o seu quadro clínico actual e se for caso disso lhe atribua um grau de desvalorização pelas novas lesões.

Em qualquer dos casos, deverá obter um ou mais atestados médicos, de preferência de médicos especialistas, que atestem a existência e descrevam as lesões do foro auditivo de que actualmente padece.

No caso de estarmos perante novas lesões, os atestados médicos devem estabelecer o nexo de causalidade entre estas e o acidente que sofreu em 1964.

No caso de se tratar de lesões novas, os atestados deverão explicar medicamente o nexo causal entre o agravamento das lesões antigas e o desencadear das lesões auditivas.

Não podemos deixar de salientar que não todos estes anos, não será tarefa fácil provar, e recai sobre si o onus desta prova, que os seus problemas auditivos, que só recentemente se manifestaram, foram adquiridos no acidente de 1964 ou são uma consequência directa do agravamento de antigas sequelas do mesmo.

Por último, nunca é demais recordar que qualquer Junta Médica tem a faculdade de baixar o grau de incapacidade de que se é portador, pelo que esse "risco" deve sempre ser ponderado pelo interessado antes de requerer a revisão do seu processo. •

Inês Soares de Castro



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMUNIDADE EUROPEIA
Fundo Social Europeu

PROMOÇÃO DE INSEÇÃO SOCIAL
E PROFISSIONAL DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA.

2001

CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA DEFICIENTES MOTORES, ORGÂNICOS E AUDITIVOS LIGEIROS (M/F)

ARTES GRÁFICAS (FOTOCOMPOSIÇÃO)

REQUISITOS:

9º ANO DE ESCOLARIDADE OU EQUIVALENTE • IDADE ENTRE OS 15 E OS 50 ANOS, NACIONALIDADE PORTUGUESA / DESEMPREGADOS

INSCRIÇÕES ATÉ 11 DE MAIO DE 2001

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600-560 Lisboa / Telef.: 217512600 EXT 223 / Fax: 217512610

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Declaração das Remunerações

Decreto-Lei 106/2001, de 6 de Abril

Este diploma "institui a obrigatoriedade de as entidades empregadoras procederem à declaração das remunerações dos seus trabalhadores em suporte digital ou através de correio electrónico, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social", mensalmente, de um a quinze do mês seguinte àquele a que as mesmas digam respeito. Este regime é aplicável quer às pessoas colectivas quer singulares, desde que inscritas como contribuintes na segurança social.

Todos os contribuintes que desejem aderir à transmissão electrónica da declaração de remunerações deverão solicitá-lo à segurança social, que a partir de um de Março de dois mil e um disponibilizará o apoio adequado à mesma adesão e, já por endereço electrónico, fornecerá o instrumento que servirá de suporte à declaração de remunerações electrónica.

Os modelos da declaração de remunerações e guia de pagamento, em vigor a partir de um de Janeiro de dois mil e dois, assim como os procedimentos a adoptar na aplicação deste regime, são aprovados por portaria do Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Este diploma produz efeitos, para as entidades empregadoras com mais de cem trabalhadores ou com mais de vinte ou mais de dez, respectivamente, a partir de um de Julho de dois mil e um, de 1 de Abril de dois mil e dois e de 1 de Julho de dois mil e dois.

Mesmo que a entidade empregadora veja reduzido o número de trabalhadores para valores inferiores aos atrás mencionados, posteriormente às datas da produção dos efeitos acima referidos, está obrigada a aderir a este regime.

Trabalhadores Menores

Decreto-Lei 107/2001, de 6 de Abril

Este diploma vem regular "os trabalhos leves que os menores com idade inferior a 16 anos que concluíram a escolaridade obrigatória podem efectuar, bem como as actividades e trabalhos que são proibidos aos menores ou condicionados aos que têm pelo menos 16 anos de idade ...".

Para efeitos deste diploma, entende-se por **trabalhos leves** as "tarefas simples e definidas, que não exijam esforços físicos ou mentais susceptíveis

de pôr em risco a integridade física, a saúde e o desenvolvimento físico, psíquico e moral do menor", por **actividades e trabalhos proibidos** "as actividades em que haja risco de exposição aos agentes indicados no anexo I, bem como os processos e trabalhos nele referidos" e por **actividades e trabalhos condicionados** "as actividades susceptíveis de apresentar risco de exposição aos agentes indicados no anexo II, bem como os trabalhos nele referidos".

A título de exemplo de actividades, processos e trabalhos proibidos, constantes do **anexo I**, referem-se como agentes físicos as radiações ionizantes e como agentes químicos o chumbo e seus compostos iónicos, na medida em que estes agentes sejam susceptíveis de ser absorvidos pelo organismo humano e ainda os agentes biológicos. Quanto aos processos e trabalhos referem-se os de fabrico e de manipulação de engenhos, artificios ou objectos que contenham explosivos.

Relativamente a actividades e trabalhos condicionados, constantes do **anexo II**, mencionam-se como agentes físicos as radiações ultravioletas, como agentes químicos o ácido úrico e seus componentes e ainda os agentes quími-

cos. Quanto aos trabalhos referem-se os que implicam riscos eléctricos.

A entidade patronal incorre em **contra-ordenação grave** se violar o conceito de trabalhos leves e se impuser a menores, com pelo menos 16 anos de idade, actividades ou trabalhos condicionados constantes do anexo II.

Código Cooperativo

Decreto-Lei 108/2001, de 6 de Abril

Na preconização da redução do número de actos sujeitos a escritura pública, o presente diploma procede à **alteração dos artigos 13º e 77º do Código Cooperativo**, aprovado pela Lei 51/96, de 7 de Setembro e alterado pelo Decreto-Lei 343/98, de 6 de Novembro, permitindo que a alteração dos estatutos de cooperativa **só seja reduzida a escritura pública quando as alterações respeitem ao montante do capital social mínimo ou do objecto da cooperativa** quando a acta da deliberação não tenha sido lavrada por notário.

Não é necessária a escritura pública quando a dissolução de cooperativas seja deliberada em assembleia geral.

por Helena Afonso



Imposto Municipal sobre Veículos

Portaria 226/2001, de 19 de Março

"Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos, o seguinte:

- 1.º O imposto municipal sobre veículos relativo ao ano de 2001 será liquidado e pago durante o prazo que decorre de 16 de Abril a 31 de Maio do mesmo ano, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- 2.º Se o uso ou a fruição dos veículos se verificar posteriormente ao prazo fixado no número anterior, a liquidação e cobrança do imposto efectuar-se-ão antes da ocorrência daqueles factos.
- 3.º Relativamente aos casos abaixo indicados, o pagamento do imposto efectuar-se-á nos prazos seguintes:

- a) Tratando-se de veículos novos, nos oito dias imediatos à data da aquisição, quando devidamente documentada, sem prejuízo de outro prazo mais dilatado estabelecido no Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos,
- b) Tratando-se de veículos de matrícula nacional saídos do País em data em que ainda não estava à cobrança o imposto, nos oito dias seguintes àquele em que regressem ao País, desde que a entrada seja devidamente comprovada."

Grupos	AUTOMÓVEIS			IMPOSTO ANUAL SEGUNDO A ANTIGUIDADE DO AUTOMÓVEL		
	Combustível utilizado		Movidos a electricidade	Até 6 anos	Mais de 6 anos e até 12 anos	Mais de 12 anos e até 25 anos
	Gasolina Cilindrada (centímetros cúbicos)	Outros produtos Cilindrada (centímetros cúbicos)	Voltagem total	1.º escalão	2.º escalão	3.º escalão
A	Até 1000.....	Até 1500.....	Até 1000.....	2 840\$00	1 580\$00	950\$00
B	Mais de 1000 e até 1300.....	Mais de 1500 e até 2000.....	Mais de 100.....	5 670\$00	2 840\$00	1 480\$00
C	Mais de 1300 e até 1750.....	Mais de 2000 e até 3000.....		8 810\$00	4 420\$00	2 000\$00
D	Mais de 1750 e até 2600.....	Mais de 3000.....		22 240\$00	10 710\$00	4 200\$00
E	Mais de 2600 e até 3500.....			35 350\$00	17 000\$00	8 090\$00
F	Mais de 3500.....			62 610\$00	28 950\$00	12 060\$00

A Coluna do Zangão

Actualidades



Victor Sengo

Palavras da actual ministra da saúde, relativamente ao assustador número de pessoas que esperam ser operadas às cataratas:

"No ano passado ficaram por operar 62 mil pessoas, porque no mês de Agosto foram caçar para o Alentejo e no período de Natal não quiseram"

Bom, ficamos perfeitamente elucidados que às cataratas se fazem 31 mil operações mensais e, mais importante, são exímios caçadores.

Seria boa ideia convidarem a Sr^a. Ministra para uma caçada no Alentejo? ... o mês de Agosto está à porta...

Os talibãs destruíram umas estátuas de Buda únicas no mundo. "IN NOMINE DEI". Vieram apelos de vários países para que não se come-

tesse tamanha barbaridade. Nada. O Ministério do Vício e da Virtude achou bem. Terá sido porque o "religioso" regime do Afeganistão tem como principal preocupação manter os 95% da produção mundial de ópio?

Alguém se lembra de ouvir dos E.U.A. a mais pequena preocupação?

Lá estão vocês a pensar que os defensores do mundo se calaram por terem apoiado o regime. Nada disso. Não devem ter tido tempo....

Milosevic foi finalmente preso. Depois de ter utilizado urânio, (dizem-me que não foi ele. Não importa. Poderia ter sido), de não querer dar parte do seu território aos Albaneses, cujo exército de libertação é maioritariamente constituído por patriotas que apenas falam inglês do continente, esperamos que seja exemplarmente punido, até porque disso depende o

auxílio económico dos "esteites". Coincidências...

Um avião espião americano foi interceptado quando cumpria a sua humanitária missão sobre a China. (outra vez os desgraçados dos americanos nesta coluna. Umas pessoas tão boas...).

Os chineses, ... que os E.U.A. têm que pedir desculpas, ... os E.U.A. que não senhor, não têm que pedir desculpa de nada.

Bom. Lá se resolveram com o pedido de desculpas às autoridades chinesas. Era uma boa ideia, a China fazer o mesmo ao TIBETE e finalmente deixar aquela boa gente livre e em paz.

Se o Tibete tivesse petróleo

Apesar dos avisos, lá excedi uma vez mais o espaço que me está reservado...

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Mamadu Baldé

Associado n.º 13714
69 anos
Faleceu no dia
29/03/01



Residia na EMEL, em Paço d'Arcos. Serviu na Guiné.

Quebá Sonco

Associado n.º 8624
56 anos
Faleceu no dia
22/12/00



Residia em Bissau. Serviu na Guiné, na Companhia de Caçadores 1439/Batalhão de Caçadores 1888.



Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO

1.2 S :: 1.2 ELX :: 1.2 16v ELX :: 1.2 16v ELX Speedgear

1.2 16v HLX

SPORT

SPORT Speedgear

HGT

1.9 JTD ELX

1.9 JTD HLX

PALIO WEEKEND

1.5 Liberty

1.7 Liberty

1.9 Liberty

MAREA WEEKEND

80 16V SX

100 16V ELX

160 16V ELX 4x4

105 JTD SX

155 JTD HLX

CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

LYBRA BERLINA

Os Motores

Os Interiores

Os Equipamentos

Crédito, A.L.D. e Leasing

As Cores

Os Precos

Linaccessori

Y

Os Motores

Os Interiores

Os Equipamentos

Crédito, A.L.D. e Leasing

Linaccessori

Os Precos

CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

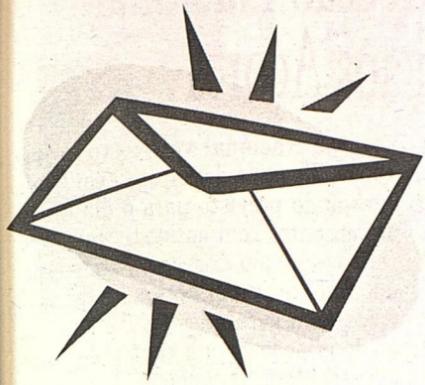
STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



A ADFA e a sua razão de existir

os associados, fora da ADFA, verifica-se que estes estão distantes ou completamente afastados dela.

Todos eles apresentam razões de queixa, umas recentes, outras bem antigas.

Ao ouvir essas queixas, somos levados a pensar que se tivesse havido diálogo constante com esses associados, ter-se-ia evitado toda esta deserção e até um certo desencanto.

Já alguém se lembrou de perguntar o porquê de tantos e tantos sócios terem, progressivamente, deixado de participar na vida associativa, como acontecia nos primórdios desta casa?

Porque quando alguém nos deixa, e que era a razão de ser desta Associação, isso não pode deixar de nos incomodar e terá, forçosamente, que nos fazer pensar.

Longe vão os anos de 1974/1975.... esta ADFA vibrava com muitos dos sócios, que actualmente se encontram ausentes, na luta por

uma causa que desejávamos justa e igualitária para todos os DFA's, pois ainda não tinham surgido as divergências impostas por alguns que, aproveitando-se da força reivindicativa que a ADFA tinha, a utilizaram para seu benefício próprio, excluindo aqueles que, por força numérica, eram o suporte e a razão de ser da mesma, relegando-os para o esquecimento das reivindicações que lhes eram devidas, por dever moral e social.

Apesar de todos já termos passado a barreira dos 50, é necessário que "sangue novo" flua nesta Associação, para que consigamos um outro alento associativo que nos encaminhe numa perspectiva mais justa.

É necessário que a ADFA prossiga a sua marcha reivindicativa, como o fez nos seus primórdios, sem aproveitamentos, sem demagogias, exigindo que "todos" os DFA's sejam tratados de igual modo, independentemente do posto, graduação ou condição em que a sua deficiência foi adquirida.

Para isso é necessário que todos participem com ideias e opiniões, sem olhar primeiro para o seu umbigo, lutando pelos que, devido a incúrias e injustiças, têm visto os seus direitos serem esquecidos ou até dissimulados, para que outros, aproveitando-se da força que a ADFA tem, se autopromovam e tirem os dividendos que seriam um direito de todos e não só de alguns.

Só assim a ADFA terá razão de existir!

Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA

Francisco Janeiro, José Salazar, Isaac Rodrigues, Fernando Carvalho, José Maria Moreira e Barroso

* Para mais informações, contactar:
TM. 933299528-919413356 - 965528988

Quando um grupo de associados (Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA's - GAL -) começou a reflectir sobre uma lei que lhes dizia directamente respeito (Dec Lei n.º 134/97) logo perceberam que não estavam sozinhos.

Bastou darem-se a conhecer, fazendo passar a mensagem para o ELO, e aí começaram a surgir os ecos do descontentamento.

Será que este descontentamento nunca foi ouvido?

Será que alguém o camuflou?

Nos contactos que o GAL tem mantido com

Dividir para reinar

Já todos certamente ouviram esta expressão que ao longo da nossa História se tem vindo a confirmar como verdade. No decorrer das várias guerras por que tem passado a Humanidade esta máxima tem sido aplicada no intuito de vencer os adversários. É a antítese de "a união faz a força". Por isso surgiram os Exércitos, as Associações, os Sindicatos, as Ordens profissionais...

Sendo um animal gregário o Homem sente a necessidade de se irmanar e entre-ajudar nas

tarefas e realizações. E os resultados práticos, efectivamente têm demonstrado a sua veracidade lógica. A ADFA é bem o exemplo desta realidade. Desde a sua fundação é juntos que os associados têm conseguido sair vitoriosos sobre a pacatez, a intransigência, a insensibilidade e a má vontade instituída.

Foi em Assembleias Gerais que a dinâmica associativa transbordou para manifestações de rua, comunicados, exposições, reivindicações... E foi essa força aglutinadora que conseguiu abrir

brechas no "status quo" das instituições e da própria sociedade portuguesa. A prová-lo estão vinte e seis anos de lutas persistentes e algumas vitórias. Mas (e há sempre um mas) caros camaradas, não somos só nós que temos conhecimento desta máxima. Os nossos "adversários" também conhecem esta e uma outra não de somenos importância: "Dividir para reinar". É sobre esta que quero alertar. Se nos conseguirem dividir, em vez de vitórias passaremos a acumular derrotas, em vez de

alegrias, tristezas. Se a nossa história associativa é um exemplo de persistência e de unanimidade perante as dificuldades, não deixemos que agora nos vençam dividindo-nos. Todos somos suficientemente inteligentes para saber onde quero chegar. Só peço que pensemos nisto: se nos conseguirem dividir facilmente seremos dominados. Oxalá eu não esteja a ser profeta... *

Gil Garcia*
Conselheiro
da Delegação do Porto

Direito de resposta

Os signatários do presente artigo leram com atenção a carta do associado A. M. Matias, publicada recentemente no ELO de Março último. Gostaríamos de afirmar que compreendemos e respeitamos os sentimentos pessoais deste associado e membro do actual Conselho Fiscal Nacional, amplamente descritos na primeira parte da referida carta.

Também nós demos voluntariamente à ADFA o que sabíamos, de acordo com um projecto apresentado aos associados e por eles sancionado em duas eleições democraticamente disputadas. No entanto quando verificamos por razões de ordem pessoal ou de coerência interna da equipa dos Órgãos Nacionais e seus colaboradores próximos, não existirem condições de trabalho para continuar, não nos recandidatámos, apesar de terem surgido consideráveis apelos a nível nacional para continuarmos.

Com certeza que praticámos erros de gestão da "casa"; quem não os faz é porque não desenvolve actividade digna de monta.

Mais afirmamos que pensamos não responder à carta do associado em causa, se esta não tivesse sido sancionada pela actual Direcção, sendo esta decisão lavrada em acta deste órgão.

As opiniões críticas dos associados são sempre positivas, mas quando as circunstâncias da sua publicação assumem um carácter formal, então o figurino associativo passa a ser outro.

O associado Matias aponta na sua carta números e possíveis erros de gestão no pessoal por exemplo, mas fica só pelos números. Gastaram, e depois?

Talvez a resposta possa ser que não deveriam ter gasto ou que deveriam ser mais prudentes nos investimentos efectuados.

A pergunta que encerra a carta em questão é perfeitamente elucidativa ou seja, "para onde nos conduzia a gestão da anterior Direcção?"

O desejo de resposta está contido nesta afirmação e a vontade de debate na resolução adoptada pela actual Direcção, segundo nos parece.

O suplemento publicado no ELO de Novembro último responde à pergunta formulada, ao enumerar o que foi realizado e o que não foi, sempre em obediência ao programa eleitoral de carácter nacional.

Porque gastámos uma parte das reservas financeiras da Associação? Respondemos que tomámos medidas para que estas fossem repostas, havendo promessas do governo nesse sentido. A prova deste facto é que algumas das garantias foram cumpridas depois da actual direcção tomar posse.

Porque razão se atrasou o financiamento para o projecto da Quinta das Camélias e o próprio subsídio concedido pelo Ministério da Defesa Nacional?

Porque é que a ADME devia na altura mais de doze mil contos à clínica da ADFA? (valor que daria para pagar a todos os fornecedores...)

Será que deveríamos parar o funcionamento da clínica e adiar as reparações urgentes na Quinta das Camélias?

A resposta poderá estar talvez no atraso que

estas aplicações financeiras tiveram, se levarmos em conta que o subsídio de Natal aos militares foi pago por empréstimo bancário contraído pelo Ministério da Defesa Nacional como foi noticiado pela comunicação social.

A nossa perspectiva foi sempre global e de dinâmica desenvolvimentista, sendo elucidativo o investimento superior a 207.000 (duzentos e sete mil) contos, no período de 1995 a 2000. É de referir na óptica económica que se fosse adoptado o critério anterior e já novamente previsto para 2001, por exemplo nas amortizações, os resultados acumulados de 1995 a 2000 seriam aumentados em 74.130 (setenta e quatro mil cento e trinta) contos.

Com certeza que há outras perspectivas e opiniões, mas o nosso entendimento é outro e pelos vistos aceite a nível nacional!

Valerá a pena guardar o dinheiro no banco ou debaixo do colchão, quando o podemos e devemos aplicar com oportunidade?

A ADFA não é só Lisboa e a vontade de alguns que em Lisboa têm uma perspectiva centralizadora e absorvente, o que aliás é perceptível na carta do associado Matias.

Quem criou condições para avançarmos com a Delegação de Lisboa e efectuou o esforço financeiro para a realização do IV Congresso que não se realizava há mais de dez anos?

Por todas estas razões rejeitamos liminarmente a expressão "delapidar". Investimos para o futuro, da forma que nos pareceu mais ajus-

tada. Interessámos o Estado nos projectos e avançamos.

Talvez devêssemos ter sido mais prudentes, dizem alguns! É possível, mas os projectos que avançámos não vão parar, tenha a actual Direcção condições para os continuar.

Descurámos outros aspectos, nomeadamente o associativo em Lisboa. Há quem defenda que a ADFA deverá estar voltada apenas para os aspectos reivindicativos e que o Estado deve fazer o restante. Será que alguma vez o irá fazer, de modo a abranger todos os associados espalhados pelo País e que tem poucos recursos económicos? A perspectiva não pode ser apenas de números.

Nunca solicitámos apoio financeiro para despesas correntes ou deslocações ao estrangeiro, mas sim para os projectos que tentámos desenvolver.

Não resolvemos o problema do pessoal na Sede, é verdade. Mas contratámos pessoal habilitado para as tarefas que nos propúnhamos realizar.

De facto as nossas contas foram sujeitas a uma auditoria externa permanente e procurámos seguir as sugestões apresentadas pelo técnico competente nesta matéria.

A filosofia seguida nunca foi a do "pé de meia", mas sim a do desenvolvimento. *

Humbert Sertório, Sarmento Coelho, Santa Clara Gomes, Aires Abrantes e Catarino Salgado



9.^a
Página

Nuno
Santa Clara

Não sei se alguém deu conta de um comunicado oficial sobre o tão célebre como já esquecido caso do "urânio empobrecido". Para mim, autor de umas modestas linhas sobre o assunto em número anterior do ELO, com a pretensão de esclarecer quem nunca andou por esses meandros, a questão não passou despercebida - a coerência a isso me obrigava.

Matematicamente falando, o desatque de um desmentido é inversamente proporcional à notícia que lhe deu origem; ou, pelo menos, é a isso que a praxis jornalística deste País nos habituou. Não é de estranhar, dentro desta lógica, que um assunto que encheu primeiras páginas e telejornais tenha agora sido relegado para uma qualquer nona página, se não mesmo ignorado. É humano; não estamos a ver ninguém a dizer que se enganou.

O problema é que não há engano. Existe algo que provocou aquelas mortes e que está por explicar. Contaminação? Arma química ou biológica? Simples coincidência? Este cenário é para mim o mais sinistro: não sabemos o porquê.

Para os poderes públicos, é um alívio: desaparecido o "nexo de causalidade", está legalmente encerrado o caso.

Para quem qualquer pretexto é bom para denegrir a NATO e exigir a retirada das nossas tropas, é um balde de água fria: perdeu-se um argumento tão bom!

Para nós, cidadãos, é mau: em termos de saúde, pública ou individual, voltámos à estaca zero.

Para nós, DFA, é mau: o assunto entrou naquela área nebulosa em que não se sabe o que ou a quem imputar as consequências de um mal agora ainda menos conhecido.

Para certos comentaristas, pode ser mau: imaginem que alguém se lembra de reproduzir as suas declarações bombásticas - ainda que na 9.^a página...

ELO

Director: António Carreiro

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



IASFA e Stress em despachos

IASFA

O Secretário de Estado da Defesa Nacional fez publicar o despacho nº 8232/2001, em que estabelece as quotas a pagar pelos beneficiários titulares do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), fixando-as em oito décimos percentuais (0,8%) dos respectivos vencimentos, pensões de reserva, aposentação ou reforma.

No caso do pessoal no activo a quota incide sobre o vencimento base ilíquido e abonos sobre os quais hajam descontos para a Caixa Geral de Aposentações. No caso dos reformados sobre as respectivas pensões ilíquidas.

O despacho prevê que os DFA façam também os descontos para o IASFA em igualdade de circunstâncias com o restante pessoal militar.

Esta tomada de posição reconhece, implicitamente, o direito de inscrição dos DFA no IASFA e vem repor o pagamento de quotas por parte dos reformados em virtude, ao que se pensa, das dificuldades financeiras do Instituto e obedecendo a um princípio moralizador a fim de que quem usufrui de direitos participe também nos custos globais.

RNA

Foram publicados dois despachos conjuntos do Ministro da Defesa Nacional e da Ministra da Saúde a dar continuidade à implementação da Rede Nacional de Apoio (RNA) ao "stress de guerra", no Diário da República, do dia 20 de Abril de 2001.

Num deles é aprovado e posto em execu-

ção o cartão de utente da RNA, de acordo com o disposto no artigo sexto do Decreto-Lei 50/2000, de 7 de Abril.

O cartão será de cor branca e será emitido pelo ramo das Forças Armadas em que o militar ou ex-militar prestou serviço.

O segundo despacho visa definir o que se consideram perturbações psicológicas crónicas resultantes da exposição a factores traumáticos de stress, articular as instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde e nos Serviços de Saúde Militar e estabelecer a forma de admissão na RNA aos militares e ex-militares passíveis de serem portadores daquelas perturbações. Estes deverão apresentar-se nos Centros de Saúde que os encaminharão para Serviços de Saúde Mental que, após avaliação da eventual patologia, elaborarão um processo clínico que será remetido às Direcções de Saúde dos ramos das Forças Armadas que, por sua vez, submeterá o doente a Junta de Saúde. Se esta reconhecer que se verifica a patologia, será então emitido cartão de utente da RNA que conferirá "o direito de acesso aos serviços de apoio psiquiátrico, psicológico e social prestados por qualquer das instituições e serviços" que integram a RNA.

O militar ou ex-militar beneficiará de apoio médico, psicológico e social enquanto decorrer processo nas Forças Armadas se o processo clínico, acima referido, contiver parecer nesse sentido.

Estes dois despachos "são de extrema importância para a rede do stress de guerra", referiu Patuleia Mendes, Presidente na DN.

Em Junho Direcção Nacional vai aos Açores

A Direcção Nacional vai efectuar uma deslocação à Delegação dos Açores, em Ponta Delgada, estando previsto para o dia um de Junho um encontro com entidades regionais, tendente à resolução dos problemas específicos dos deficientes militares e dos deficientes açorianos em geral, designadamente, as hipóteses de criação de um centro de reabilitação naquela região autónoma.

A Direcção Nacional vai também reunir-se com a Direcção da Delegação dos Açores e com os associados açorianos na Sala da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, na Rua dos Mercadores, a partir das 10h00 do próximo dia dois de Junho. •

R.V.

Delegação do Porto Transporte para o 27.º Aniversário

A Delegação do Porto está a organizar o transporte por autocarro dos associados para Viseu, no dia 13 de Maio, para o almoço-convívio que encerra as comemorações nacionais do 27.º Aniversário da ADFA.

As inscrições podem ser efectuadas na Delegação do Porto. •

R.V.

ADFA precisa de informações

A ADFA vai desencadear junto dos associados uma recolha de informações, no sentido de melhor reivindicar os seus direitos.

Neste momento, "está a ser elaborada uma nova aplicação informática, que aponta a ADFA para os horizontes do século XXI, num sistema de troca de informação e participação na gestão da associação, por parte de todas as delegações. Ora, para que isso se concretize, a Associação vai publicar no ELO uma ficha que, depois de devidamente preenchida, deve ser enviada à Secretaria da Sede Nacional.

Deste modo é feito um apelo para a disponibilidade dos associados para colaborar com esta iniciativa que permitirá melhor reivindicação dos seus direitos. •

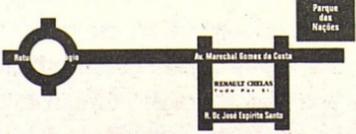
R.V.



RENAULT



Tudo à grande



RENAULT CHELAS

Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157